



FeSaúde
NITERÓI



PREGÃO ELETRÔNICO

POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

PE n.º 90001/2025

Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde)
UASG: 927827

OBJETO

Aquisição de **aparelhos de ar condicionado**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 352.633,06 (trezentos e cinquenta e dois mil seiscientos e trinta e três reais e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/02/2025, às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço por Lote

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por Preço Unitário



Sumário do Edital de Pregão Eletrônico n.º 90001/2025

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	22
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	23
11. DOS RECURSOS.....	24
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	24
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	27
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	28



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2025
(Processo Administrativo n.º 9900099126/2024)

Torna-se público que a Fundação Estatal de Saúde de Niterói, por meio da Diretoria de Administração e Finanças, sediada na Rua Santa Clara, n.º 102, Ponta D'Areia, CEP 24.040-050, Niterói/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, por meio do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 14.730/2023, demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação, na modalidade pregão eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, é a aquisição de aparelhos de ar condicionado, para atender às demandas das unidades de saúde geridas por esta Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 05(cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes ao órgão gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não haverá cota destinada às ME/EPP e não haverá exclusividade para as ME/EPP.

3.6. Não se veda a participação de cooperativa.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.1 e 3.7.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.1 e 3.7.2 não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de contratação complexa ou de alto vulto, sendo usual a participação de empresas que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante às qualificações técnica e econômico-financeira e demais condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o âmbito de possíveis licitantes.



4.

4.1. Não haverá cota destinada às ME/EPP e não haverá exclusividade para as ME/EPP, por não se afigurar vantajoso para a administração estabelecer cotas previstas no art. 48, III da Lei complementar n.º 123 de 2006.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possuir empregados executando trabalhos degradantes ou forçados, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e seguintes sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor (unitário, total) e global do lote;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada

6.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao imo previsto para a contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.13. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **RS 00,01 (um centavo)**.
- 7.9. Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado é o **ABERTO**.
- 7.11. De acordo com o modo de disputa adotado para o envio de lances na presente licitação, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



7.19.2. Empresas brasileiras;

7.19.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.1 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;



8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.5. Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. Contiver vícios insanáveis;

8.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, na forma da alínea a) do §1º do art. 48 da Lei n.º 14.133/2021.

8.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.6.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

9.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9.4. **Qualificação Técnica**

9.4.1. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, podendo ser penalizado em caso de descumprimento.

9.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o(s) item(ns) pertinente(s), por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.4.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão testemunhar a respeito de que a proponente cumpriu, em outras experiências, pelo menos **20% (vinte por cento) do valor total do lote.**

9.4.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.4.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.2.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



9.4.3. No caso de sociedade de constituída sob a forma de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.4.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.4.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.4.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.4.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.4.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.4.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta ou de procedimento de licitação;

9.4.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.



9.5.1.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.5.1.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.5.1.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

9.5.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.6. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.7. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

9.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim



sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

9.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11.1.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11.1.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.13. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.13.1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

9.13.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão aceitos apenas por meio da Plataforma do Compras.Gov.



9.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.16. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.17. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.18. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.19. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.19.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.20. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.20.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.21. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.21.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.21.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



9.22. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.22.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.22.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei n.º 14.133/21, art. 64), para:

9.23.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e

9.23.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.24. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.1.

9.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.27. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.28. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. Da Execução Contratual:

10.8.1. O prazo de entrega e dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Compra.

10.8.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



10.8.3. A Ordem de Compra será encaminhada à empresa através de e-mail ou outro instrumento eficaz de comunicação, acompanhada do Termo de Referência, da proposta comercial vencedora.

10.8.4. Quando enviado por meio eletrônico, a contratada deverá confirmar o recebimento da Ordem de Compra e, na ausência da confirmação, fica fixado prazo de recebimento tácito de 2 (dois) dias úteis, a fim de possibilitar a verificação da data da sua ciência (ainda que ficta) e eventual constituição em mora.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. O proponente interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do sistema ComprasGov, no prazo de **30 (trinta) minutos**, após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.2. As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviadas exclusivamente por meio de campo próprio do sistema ComprasGov, observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame.

12.3. A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 11.1.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, para decisão final.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6. Fraudar a licitação;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;



13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.8 e



13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do e-mail **licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br**.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico da Fundação Estatal (<https://www.fesaude.niteroi.rj.gov.br/licitacoes>).

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.11.1. ANEXO I- Estudo Técnico Preliminar
- 15.11.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 15.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 15.11.4. ANEXO IV- Planilha Orçamentária
- 15.11.5. ANEXO V- Mapa de Riscos
- 15.11.6. ANEXO VI- Modelo de Proposta Comercial
- 15.11.7. ANEXO VII- Modelo de Declaração de não Contribuinte de ISS e Taxas
- 15.11.8. ANEXO VIII- Modelo de Declaração de Optante pelo Simples

Niterói, 11 de fevereiro de 2025.

Autorizo:

Ratifico:

Paula Barros Felix

Diretora de Administração e Finanças
Fundação Estatal de Saúde de Niterói
FeSaúde

Maria Célia Valladares Vasconcellos

Diretora Geral
Fundação Estatal de Saúde de Niterói
(FeSaúde)

Estudo Técnico Preliminar

Pregão eletrônico, para o **Sistema de Registro de Preços**, para a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado**, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde.

Estudo Técnico Preliminar

Versão n.º 001/2024

Data de elaboração: 19/11/2024

Processo Administrativo n.º 9900099126/2024

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objetivo definir a solução mais adequada ao atendimento da necessidade desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói quanto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado.

Este estudo, também, apresenta e determina os meios e as estratégias de comunicação e de gestão de riscos necessárias para assegurar a viabilidade e execução da contratação, bem como, fornece subsídios para a elaboração do Termo de Referência e do modelo de gestão da contratação.

Registra-se que os meios adotados para a consecução do objeto têm o objetivo de garantir a ininterrupção dos serviços que já são prestados e agregar valor às demandas administrativas e operacionais desta FeSaúde.

No mais, atesta-se que a solução adotada é de qualidade comum, destituída de sofisticação técnica e de luxuosidade, sendo razoável e proporcional para o atendimento dos objetivos desta FeSaúde, pois, os termos estimados para assegurar a execução do contrato são suficientes para homenagear a eficiência e a sustentabilidade da contratação e, também, são objetivamente capazes de diminuir os riscos de danos ao Erário.

1.1. Previsão da demanda nos instrumentos de planejamento

A demanda por aquisição de aparelhos de ar-condicionado está diretamente vinculada aos objetivos estratégicos da FeSaúde. Com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados, essa iniciativa alinha-se ao Objetivo Estratégico 1, que visa ampliar o atendimento eficiente à população. Tal demanda reforça o compromisso da instituição em aprimorar sua infraestrutura tecnológica, garantindo uma prestação de serviços mais ágil e eficaz, promovendo benefícios diretos à sociedade.

Também se encaixa na Perspectiva Processos Internos, atendendo aos Objetivos Estratégicos 1 e 2, que buscam fortalecer e modernizar os processos de suporte para garantir que os serviços de saúde sejam fornecidos com mais eficácia e segurança.

Sob a Perspectiva Pessoas e Infraestrutura, a demanda se alinha ao Objetivo Estratégico 1, que estabelece a modernização e suporte aos sistemas de informação como prioridades fundamentais para o desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica robusta, capaz de melhorar os processos internos e externos da FeSaúde.

2. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO, DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói encontra-se em um momento de ampliação de sua carta de serviços, o que, aliado à reposição contínua dos materiais já utilizados, exige uma estratégia robusta de suprimentos. Essa abordagem visa assegurar o abastecimento contínuo e eficaz de itens essenciais ao pleno funcionamento das unidades de saúde sob sua gestão.

Neste contexto, a aquisição proposta justifica-se pela necessidade de garantir conforto térmico adequado nas unidades, especialmente diante de temperaturas elevadas que geram desconforto físico tanto para os usuários quanto para os pacientes sob cuidados médicos e assistenciais. Além disso, a exposição a altas temperaturas pode comprometer a segurança e o funcionamento de equipamentos sensíveis, cuja eficiência é crítica para o desempenho das atividades assistenciais e administrativas.

O controle da temperatura também desempenha papel estratégico na redução do risco de infecções hospitalares, que tendem a se agravar em ambientes onde o conforto térmico e ambiental é negligenciado. A climatização adequada, portanto, não é apenas uma questão de conforto, mas um fator essencial para a manutenção da qualidade e segurança nos serviços de saúde prestados pela FeSaúde.

Ademais, os equipamentos a serem adquiridos são indispensáveis para o atendimento das necessidades identificadas, sem configurarem bens de luxo. Eles possuem especificações técnicas e funcionais alinhadas aos requisitos do serviço, sem características excessivamente refinadas, ostentação ou apelo estético desnecessário, garantindo assim a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a aquisição dos equipamentos de climatização destinados às unidades de saúde da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), é indispensável atender tanto aos requisitos técnicos e funcionais quanto às exigências legais e normativas que assegurem a eficiência, sustentabilidade e regularidade do processo. Além da Lei Federal nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, outras legislações e normativas específicas devem ser observadas para garantir a adequação dos equipamentos e do processo de contratação.

No que tange à eficiência energética, é obrigatória a observância das disposições da Lei nº 10.295/2001, que estabelece a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. Os equipamentos devem atender aos índices mínimos de eficiência energética definidos pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), sendo preferencialmente certificados com o Selo Procel, como forma de promover economia no consumo de energia e redução do impacto ambiental.

Os equipamentos devem, ainda, estar em conformidade com as normas ambientais estabelecidas pela Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa legislação exige que os produtos estejam preparados para o descarte sustentável, seja por meio de logística reversa, seja por outra forma ambientalmente adequada, a fim de minimizar os impactos negativos de seu descarte.

Ademais, a Resolução RDC nº 50/2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), reforça a necessidade de ambientes hospitalares climatizados com controle rigoroso de temperatura,

umidade e qualidade do ar, visando não apenas ao conforto térmico, mas também à prevenção de infecções hospitalares. Essa norma é complementada pela Resolução RE nº 9/2003, também da Anvisa, que estabelece critérios para a manutenção e operação de sistemas de climatização, incluindo parâmetros para a renovação e filtragem do ar em ambientes fechados.

Os fornecedores devem ainda cumprir as obrigações previstas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente no que se refere à garantia dos produtos e à disponibilização de informações claras e precisas sobre o uso e manutenção dos equipamentos, bem como assegurar suporte técnico eficaz e contínuo.

Além disso, a contratação deve observar os princípios da sustentabilidade, economicidade e eficiência, exigindo a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos fornecedores, conforme a Lei de Licitações. A entrega dos equipamentos deve ser acompanhada de documentação técnica completa, incluindo certificados de conformidade com normas brasileiras e internacionais, bem como manuais de uso e manutenção que promovam a correta operação e longevidade dos aparelhos.

Essas exigências legais, associadas a requisitos técnicos rigorosos, visam assegurar que os equipamentos adquiridos contribuam efetivamente para a qualidade dos serviços prestados pela FeSaúde, garantindo segurança, conforto e responsabilidade ambiental na aplicação dos recursos públicos.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Avaliação comparativa

Diversos fornecedores possuem capacidade para fornecer os itens em questão, uma vez que se tratam de bens de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado. Para subsidiar a contratação, foram realizadas análises de contratações similares formalizadas por outros órgãos e entidades, com

base em consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br). Essas consultas permitiram identificar metodologias, tecnologias ou inovações aplicáveis que poderiam atender de maneira mais eficiente às necessidades da Administração. As soluções consideradas adequadas foram incorporadas ao processo de contratação em análise.

Adicionalmente, não foram identificadas situações específicas ou complexidades técnicas no objeto que justificassem a realização de consulta pública para coleta de contribuições. Os itens são classificados como bens comuns, o que reforça sua disponibilidade no mercado e viabiliza a adoção de uma solução que preserve a relação custo-benefício, alinhada aos princípios de economicidade e eficiência na administração pública.

Para determinar a melhor estratégia de fornecimento, foram avaliadas três modalidades principais: locação, comodato e aquisição direta. Cada uma dessas opções foi analisada considerando aspectos financeiros, operacionais e patrimoniais, bem como seu impacto na sustentabilidade e eficiência do processo administrativo.

A locação foi considerada uma alternativa viável inicialmente, especialmente por reduzir os custos iniciais, uma vez que não há necessidade de desembolso imediato para aquisição dos equipamentos. Além disso, o modelo de locação geralmente inclui serviços de manutenção, o que poderia minimizar problemas operacionais. No entanto, a análise financeira revelou que os custos acumulados da locação ao longo do tempo superam significativamente o valor de aquisição dos equipamentos, especialmente devido à natureza permanente da demanda, que requer soluções de longo prazo. A locação pode resultar em um impacto financeiro significativo, uma vez que inclui custos fixos mensais que podem ser reajustados ao longo do contrato, tornando-se mais onerosa em termos de custos totais.

O comodato, por sua vez, foi avaliado como uma possibilidade com menor custo inicial, já que não há custos diretos de aquisição. Contudo, essa modalidade exige contrapartidas, como a exclusividade na aquisição de serviços ou insumos adicionais, o que pode limitar a competitividade do mercado e onerar o processo no médio e longo prazo. A dependência de um único fornecedor também pode

representar riscos operacionais e comprometer a autonomia administrativa da Fundação, além de resultar em custos indiretos devido à necessidade de negociar novos contratos ou enfrentar interrupções no fornecimento.

Por outro lado, a aquisição direta apresenta vantagens financeiras e operacionais significativas. Embora exija um investimento inicial mais elevado, essa modalidade elimina os custos recorrentes associados à locação ou às contrapartidas exigidas no comodato, permitindo um controle mais rigoroso sobre os custos operacionais. Com a aquisição direta, a Fundação pode negociar diretamente com os fornecedores para buscar o melhor custo-benefício na compra de peças de reposição e serviços de manutenção, além de eliminar os custos variáveis típicos de locação e comodato, como reajustes de preço e a incerteza de custos futuros. Outro benefício relevante é que, ao adquirir os equipamentos, eles se tornam parte do patrimônio da Fundação, o que proporciona maior controle sobre sua utilização, manutenção e descarte, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

A aquisição direta também favorece a previsibilidade orçamentária. Enquanto a locação e o comodato podem gerar custos variáveis ao longo do contrato, com o risco de reajustes ou custos inesperados, a compra direta permite a fixação de um valor único, facilitando o planejamento financeiro da Administração. Isso também confere maior flexibilidade na gestão dos equipamentos, permitindo à Fundação realizar manutenções ou substituições diretamente com os fornecedores, sem depender de extensões de contratos ou negociações com terceiros. Dessa forma, promove-se maior autonomia e flexibilidade para atender às demandas das unidades de saúde, garantindo continuidade nos serviços prestados.

Além disso, a aquisição direta está em consonância com os princípios de sustentabilidade e economicidade, uma vez que permite a escolha de equipamentos que atendam às exigências da Lei nº 10.295/2001 (Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia), contribuindo para a redução de impactos ambientais e custos com consumo energético. Ao adquirir os equipamentos, a Fundação também ganha o controle sobre o gerenciamento do ciclo de vida dos bens, desde a escolha dos fornecedores até o descarte, conforme as melhores práticas de sustentabilidade.

Conclui-se, portanto, que, após a análise comparativa das modalidades de fornecimento, a aquisição direta é a alternativa mais vantajosa para a Administração. Embora locação e comodato apresentem vantagens em termos de custos iniciais mais baixos, a aquisição direta proporciona maior eficiência financeira, operacional e patrimonial a longo prazo. Essa escolha está alinhada com os princípios de boa gestão pública, assegurando o atendimento contínuo e sustentável das demandas da FeSaúde, além de promover a alocação eficiente dos recursos públicos, em conformidade com as melhores práticas de administração pública e as exigências legais vigentes.

4.2. Análises de contratações anteriores pelos Órgãos e Entidades no âmbito do Município de Niterói¹.

A) PE FeSaúde nº 90004/2024

O procedimento licitatório nº 90004/2024, realizado pela FeSaúde, visava atender à necessidade de aquisição de aparelhos de ar condicionado, mas resultou em um fracasso devido à insatisfação do mercado com as condições oferecidas. O principal fator que comprometeu o sucesso desse processo foi a abordagem adotada, que não conseguiu atrair o interesse dos fornecedores de maneira satisfatória. A oferta apresentada, em vez de ser vista como uma oportunidade vantajosa, foi considerada limitada, o que gerou falta de competitividade e fez com que as propostas recebidas não atendessem plenamente às expectativas da FeSaúde.

Ao refletirmos sobre os motivos que levaram ao insucesso desse processo, torna-se evidente que o modelo de licitação utilizado não foi eficaz para maximizar o potencial de barganha da FeSaúde. O mercado não enxergou vantagens claras em participar, pois as condições não eram suficientemente atrativas, nem para os fornecedores de menor porte nem para os maiores, que poderiam ter mais interesse caso houvesse maior potencial de negociação. A falta de uma oferta robusta, que agregasse valor, foi um dos principais obstáculos para a criação de um ambiente competitivo e dinâmico.

¹ As pesquisas foram realizadas no Portal da Transparência de Niterói ([Portal da Transparência \(niteroi.rj.gov.br\)](https://portal.transparencia.niteroi.rj.gov.br)) e no Diário Oficial do Município de Niterói (DOM-Niterói).

Diante deste cenário, sugerimos uma reavaliação da estratégia de licitação, propondo a divisão dos itens em pacotes ou lotes. Essa alternativa oferece uma nova perspectiva, permitindo que os fornecedores apresentem propostas mais vantajosas e com maior potencial de competição. A oferta em lotes pode resultar em economias de escala, favorecendo tanto os fornecedores quanto a FeSaúde, pois eles terão a oportunidade de oferecer preços mais competitivos ao combinar diferentes itens em uma única proposta.

Com a adoção dessa estratégia, o poder de barganha da FeSaúde será significativamente ampliado. Ao permitir que os fornecedores disputem pacotes maiores, a Fundação poderá negociar condições contratuais mais vantajosas, como prazos, preços e garantias. Essa maior flexibilidade gerará condições favoráveis, tanto para a FeSaúde, que poderá obter melhores preços e garantias, quanto para os fornecedores, que terão a chance de se beneficiar de contratos mais robustos e mais interessantes.

Além do impacto econômico direto, essa estratégia tem o potencial de aumentar a atratividade do processo licitatório, incentivando mais fornecedores a participar e apresentar propostas de maior qualidade. Isso pode resultar em uma maior diversidade de opções, com diferentes níveis de especialização e capacidade técnica, o que permitirá à FeSaúde selecionar a proposta que melhor atenda às suas necessidades, com a garantia de que está fazendo uma escolha fundamentada em um ambiente competitivo.

Em termos operacionais, a estratégia de lotes também pode simplificar a gestão do processo licitatório e dos contratos. Ao consolidar os itens em pacotes, a quantidade de fornecedores pode ser reduzida, facilitando o acompanhamento e a fiscalização. Isso resulta em uma gestão mais eficiente e menos burocrática, com a FeSaúde sendo capaz de monitorar de maneira mais eficaz o cumprimento das obrigações contratuais, garantindo maior transparência e controle.

Outro ponto importante é que a oferta em lotes pode contribuir para uma melhor gestão do ciclo de vida dos produtos adquiridos. Com contratos mais robustos e fornecedores mais comprometidos, a FeSaúde poderá negociar melhores condições de manutenção, reposição e até descarte dos bens adquiridos, o que agrega valor a longo prazo ao processo e contribui para a sustentabilidade financeira da instituição. A capacidade de negociar esses aspectos de maneira mais eficaz gera eficiência, resultando em uma utilização mais racional dos recursos públicos.

Ao permitir que os fornecedores integrem mais itens e apresentem propostas mais atraentes, a FeSaúde também terá a oportunidade de otimizar seus gastos públicos, resultando em aquisições de produtos e serviços de maior qualidade, com custos controlados. A estratégia de lotes oferece uma solução eficaz para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente, atendendo às necessidades da Fundação sem comprometer a qualidade dos bens e serviços adquiridos.

A adoção de pacotes para a licitação não apenas melhora a competitividade e o poder de barganha, mas também facilita a transparência no processo. Com mais fornecedores competindo de forma mais equilibrada, a FeSaúde poderá promover uma licitação mais transparente, com maior fiscalização sobre as propostas apresentadas. Isso cumpre os princípios da boa governança pública, gerando confiança tanto no mercado quanto nos cidadãos, que veem a administração pública como comprometida com a eficiência e o uso adequado dos recursos.

Por fim, a experiência do procedimento nº 90004/2024 nos ensina a importância de planejar as licitações com mais cuidado, levando em consideração as necessidades reais da FeSaúde e as características do mercado. A oferta de itens em pacotes surge como uma alternativa viável e estratégica, não apenas para melhorar o poder de barganha e atratividade do processo licitatório, mas também para otimizar a gestão dos recursos públicos, fortalecer a competitividade e garantir que a FeSaúde atenda suas necessidades de forma mais eficaz e sustentável.

B) Contratações anteriores no âmbito do município de Niterói/RJ

Foram identificadas as seguintes contratações anteriores formalizadas pelos Órgãos e Entidades do Município de Niterói para o atendimento a demandas similares à descrita neste ETP:

Processo Administrativo	Ato da Administração	Data de Realização
9900028181/2024	Edital nº 016/2024/202	07/11/2024

C) Procedimentos de outros órgãos

Foram identificadas as seguintes contratações formalizadas por outros Órgãos Públicos, com demandas similares às do objeto a ser contratado:

Órgão Público	Identificação	Data de Realização
BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Aviso de Contratação Direta nº 00005/2024	04/11/2024
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 46/2024	19/11/2024
SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 15/2024	19/11/2024

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS E ESTIMATIVA DO PROCEDIMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	FOR-NEC-MENTO	QUAN-TI-DADE	VALOR UNITÁ-RIO	VALOR TOTAL
1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS QUENTE E FRIO (REVERSO) SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RÁPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. TIPO 3 - 12000 BTUS MODELO SPLIT HIGH WALL TIPO DE CICLO QUENTE/FRIO COR BRANCO ENCE A FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA VAZÃO DE AR NO MÍNIMO 500 M³/H CONTROLE REMOTO SIM TERMOSTATO DIGITAL FUNÇÕES SLEEP E SWING VOLTAGEM 220 V TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER, DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO, DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.	UNI-DADE	58	R\$ 1.954,09	R\$ 113.337,22
2	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS QUENTE E FRIO (INVERTER), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS	UNI-DADE	24	R\$ 3.325,68	R\$ 79.816,32



	RECUROS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.				
3	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO)CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 24000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO)EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECUROS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V.GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.	UNIDADE	8	R\$ 3.874,96	R\$ 30.999,68
4	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECUROS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE	5	R\$ 8.489,09	R\$ 42.445,45
5	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECUROS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V OU 330-380V (TRIFÁSICO). GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE	3	R\$ 12.224,74	R\$ 36.674,22
Total			98	R\$ 303.272,89	

5.1. Quadro de indicação da solução adotada no Catálogo de Materiais e Serviços, com quantidades e unidades de serviço

A pesquisa não alcançou itens compatíveis ou semelhantes com a descrição da solução adotada e, por isso, faz-se necessário que a descrição complementar do item deverá ser apresentada da seguinte forma:

Descrição complementar
Registro de Preços para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde.

6. SOBRE O PARCELAMENTO E O DIMENSIONAMENTO DA DEMANDA EM LOTES

A solução proposta não será parcelada devido à sua simplicidade e à natureza do objeto a ser contratado. A característica essencial dessa contratação envolve a entrega do produto completo com garantia do fabricante, sem a necessidade de fracionamento em partes ou execução em etapas. A simplificação do processo de execução, que se restringe a uma entrega única, elimina a necessidade de parcelamento, visto que a execução do contrato não exige divisões em fases ou entregas parciais que demandem etapas de monitoramento ou controle mais complexos.

A análise técnica do objeto evidencia que a entrega única atende às necessidades da Fundação Estatal de Saúde de Niterói, proporcionando eficiência e minimizando riscos operacionais. Esse modelo simplificado também favorece a gestão de recursos e a eficácia na implementação da solução, sem a sobrecarga de etapas intermediárias ou a necessidade de ajustes ao longo do processo de execução.

Em relação à subcontratação, também não será admitida, uma vez que a solução proposta se restringe a um produto com especificações claras, e qualquer desdobramento ou fracionamento não seria adequado para o tipo de serviço. A viabilidade da contratação e a entrega direta garantem que o processo ocorra de forma ágil e com a qualidade exigida, sem a necessidade de recorrer a prestadores adicionais para partes específicas da solução.

Noutras, linhas, o **dimensionamento da demanda em lotes é uma medida importante**, pois apresenta vantagens técnicas, econômicas e administrativas, conforme previsto no inciso I, §2º, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, além de estar em consonância com o entendimento da Súmula nº 247 do TCU.

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

No que se refere ao alcance da Súmula nº 247 do TCU, é importante contextualizar que esse entendimento consolidado não possui caráter absoluto, conforme já destacado pelo Tribunal no voto condutor do Acórdão nº 5260/2011 – TCU – Primeira Câmara.

*“5. (...)O que pretendeu, então, estabelecer a Súmula-TCU nº 247, foi consolidar o entendimento prevalecente nesta Casa, no sentido de que é condenável a adjudicação por preço global, por representar, no geral, restrição à competitividade. **Não teve a referida Súmula a pretensão de condenar a adjudicação por lotes, tanto assim que eles sequer foram mencionados**”. (grifei)*

Ao considerarmos todas as fases do ciclo de vida de uma solução dentro do escopo completo de fornecimento, é evidente que o dimensionamento da demanda em lotes se destaca como uma estratégia crucial para garantir a continuidade dos serviços sem interrupções. A separação entre os lotes, com um destinado ao link principal e outro à estratégia de backup, assegura que a FeSaúde mantenha sua rede funcional em qualquer circunstância, otimizando a segurança e a confiabilidade da infraestrutura.

Além do aspecto operacional, a abordagem de dividir os serviços em lotes traz importantes vantagens no que se refere ao poder de barganha da Administração. Ao segmentar a demanda, cria-se um ambiente mais competitivo, onde os fornecedores são incentivados a apresentar propostas mais vantajosas, uma vez que podem se especializar em atender a um volume maior de serviços ou produtos de forma mais eficiente. Isso aumenta o poder de negociação da FeSaúde, possibilitando melhores condições de preço, prazos mais favoráveis e garantias mais robustas, além de fomentar a competitividade entre os licitantes.

Essa estrutura também é atraente para o mercado, pois oferece uma oportunidade para que diferentes fornecedores, com capacidades e especializações distintas, possam participar do processo licitatório. A segmentação da demanda não restringe a competição, mas a amplia, pois mais empresas podem ter interesse em ofertar serviços de forma isolada ou conjunta, dependendo de sua expertise e capacidade operacional. Isso assegura que o processo licitatório seja inclusivo, mantendo um alto nível de interesse do mercado e ampliando as possibilidades de obtenção de propostas de qualidade.

Além disso, a divisão em lotes permite um controle mais eficaz dos instrumentos de *accountability*, uma vez que a execução dos serviços pode ser monitorada de forma mais granular. O acompanhamento das obrigações contratuais se torna mais transparente, facilitando a verificação do cumprimento de metas e prazos, e garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente. Esse monitoramento rigoroso não só assegura a execução das obrigações contratuais, mas também permite uma intervenção rápida em caso de problemas, sem comprometer a execução das outras partes do contrato.

A gestão integrada, facilitada pela divisão em lotes, possibilita um acompanhamento mais ágil dos cronogramas, permitindo que ajustes operacionais sejam feitos sem que a execução geral do contrato seja prejudicada. Essa flexibilidade é essencial para adaptar os serviços às necessidades dinâmicas da FeSaúde, mantendo a celeridade dos processos e assegurando que os resultados atendam aos padrões de qualidade estabelecidos.

Do ponto de vista econômico, a segmentação da demanda permite uma maior economia de escala. Ao competir por pacotes maiores, os fornecedores têm mais incentivos para reduzir seus custos e oferecer propostas mais vantajosas. Essa estratégia pode resultar em uma redução significativa dos custos totais para a Administração, ao mesmo tempo em que maximiza a eficiência operacional, uma vez que os serviços são agrupados de forma a otimizar o uso dos recursos.

A competitividade, ao ser preservada e ampliada, gera um ambiente em que os fornecedores podem competir com propostas melhores e mais alinhadas às necessidades da FeSaúde, sem perder a qualidade dos serviços prestados. Essa estratégia também fortalece a relação entre Administração e fornecedores, ao construir uma base de confiança e parceria ao longo do tempo. O resultado é uma contratação mais vantajosa e sustentável para todas as partes envolvidas.

Por fim, o modelo de dimensionamento por lotes não só garante a eficácia operacional, mas também fortalece a gestão pública, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos. Ele favorece uma relação transparente e harmoniosa entre Administração e contratada, ao mesmo tempo em que assegura que os objetivos da contratação sejam alcançados de forma econômica e eficaz. Essa abordagem estratégica é, sem dúvida, uma solução eficiente para garantir a continuidade dos serviços essenciais, ao mesmo tempo em que promove a competitividade e a transparência no processo licitatório.

6.1. Do modo de disputa adotado e dos critérios adotados para lances

Adota-se, para a operacionalização da modalidade de licitação definida, o modo de disputa aberto, considerando uma análise estratégica que vai além da simples escolha de uma configuração operacional.

A opção pelo modo de disputa aberto está fundamentada em um diagnóstico preciso das características do mercado para a solução em disputa, onde a amplitude e a diversidade de ofertantes demandam um ambiente competitivo mais transparente e inclusivo.

Trata-se de uma modalidade que favorece a livre concorrência ao permitir que todos os licitantes, simultaneamente, tenham acesso em tempo real às ofertas de seus concorrentes, estimulando ajustes sucessivos de lances, o que maximiza a vantagem econômica para a administração pública.

Esse modelo de disputa está alinhado com os objetivos de ampliação da competitividade, especialmente em mercados não restritos ou concentrados, como o da solução em questão. Quando a competição ocorre em um mercado amplo e diversificado, como é o caso, o modo de disputa aberto proporciona um cenário mais dinâmico, onde os proponentes são incentivados a oferecer suas melhores condições durante o processo, tanto em termos de preço quanto de qualidade.

A transparência inerente ao modo aberto é um fator crítico para mitigar riscos de colusão ou conluio entre licitantes, assegurando que a competição seja efetiva e equilibrada. Além disso, essa escolha estratégica não se limita à obtenção do menor preço, mas também à promoção de uma cultura

de concorrência justa, onde os participantes têm incentivos para refinar suas propostas à medida que novos lances são apresentados.

Isso gera um ciclo virtuoso de aprimoramento da proposta comercial, resultando em uma contratação mais vantajosa e em consonância com o princípio da economicidade. A transparência do processo também contribui para fortalecer a confiança dos stakeholders e dos órgãos de controle, pois permite a rastreabilidade das ofertas e das decisões tomadas em cada etapa.

Outro ponto essencial é que o modo de disputa aberto proporciona maior agilidade ao processo licitatório, já que as ofertas são apresentadas de forma simultânea e em tempo real, reduzindo o tempo de deliberação e análise por parte da administração.

Essa celeridade é particularmente relevante em contratações onde há necessidade de resposta rápida para atender demandas públicas, evitando atrasos que poderiam comprometer a eficiência e a entrega de serviços essenciais.

Portanto, a adoção do modo de disputa aberto não apenas se justifica por critérios operacionais e econômicos, mas também se alinha a uma visão estratégica de gestão pública, que busca modernizar os processos de contratação e maximizar os benefícios para o interesse público.

6.2. Procedimentos auxiliares

Considerando a natureza da solução adotada, o objetivo da contratação e a necessidade da Administração, o presente procedimento será processado no âmbito dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78, da Lei nº 14.133/2021.

Neste caso, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação proposta está alinhada às disposições legais da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 78, que permite o uso do SRP como uma modalidade de procedimento auxiliar, ideal para a contratação de serviços e fornecimentos contínuos ou previsíveis. Esse sistema traz diversos benefícios à Administração Pública, sendo a principal vantagem a flexibilidade, pois permite que a Administração faça aquisições conforme a demanda, sem a necessidade de realizar uma nova licitação a cada necessidade.

No âmbito do Município de Niterói, a regulamentação sobre o uso do SRP foi detalhada no Decreto nº 14.730/2023, que adapta as disposições da Lei nº 14.133/2021 às realidades locais, estabelecendo as regras de contratação no município e reafirmando a importância do SRP. Esse decreto orienta que as contratações realizadas pela Administração Municipal devem ser executadas de maneira mais eficiente e transparente, e o SRP é uma ferramenta crucial nesse contexto, pois facilita o processo licitatório e assegura que as contratações sejam feitas de forma racional, evitando desperdícios e garantindo a melhor oferta para a Administração.

A utilização do SRP, de acordo com a legislação, também promove competitividade, pois possibilita a participação de um maior número de fornecedores, o que tende a reduzir custos para a Administração. Ao permitir que licitantes apresentem propostas para um volume maior de serviços ou fornecimentos, a Administração ganha poder de barganha, resultando em condições mais vantajosas de preço e condições contratuais. Isso se traduz em uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e em uma relação contratual mais robusta e vantajosa para ambas as partes, a Administração e os fornecedores.

O Decreto nº 14.730/2023, que regulamenta as contratações no município, também enfatiza a transparência e a prestação de contas. Ao adotar o SRP, a Administração facilita o acompanhamento e a fiscalização dos contratos, o que aumenta a confiança no processo licitatório e na execução dos serviços. O SRP, portanto, não apenas garante que a solução contratada atenda às necessidades da FeSaúde de forma contínua, mas também assegura que as aquisições sejam feitas com rigor e de acordo com os princípios da eficiência e economicidade, fundamentais para a boa gestão pública.

Assim, ao seguir as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 14.730/2023, a Administração de Niterói não só adota uma solução eficaz e flexível para as necessidades da FeSaúde, mas também promove uma gestão mais sustentável, garantindo a continuidade dos serviços essenciais sem comprometer o interesse público e assegurando que os recursos públicos sejam utilizados da forma mais eficiente possível. Essa abordagem fortalece ainda mais a relação entre a Administração e os fornecedores, criando um ambiente propício para a competitividade e a transparência, pilares essenciais da gestão pública moderna.

6.3. Critério de Julgamento

Considerando a modalidade de licitação adotada e alinhada às boas práticas da administração pública, bem como a natureza e complexidade da oferta, o presente procedimento será conduzido sob o critério de julgamento de menor preço, aplicado sobre o valor global por lote.

A escolha do menor preço é especialmente relevante considerando a natureza do objeto a ser contratado, que envolve a aquisição de bens ou serviços comuns, onde o fator determinante para o sucesso do procedimento reside na competitividade dos preços.

Esse modelo permite uma ampla participação de fornecedores, promovendo uma concorrência robusta e aberta, o que tende a resultar em ofertas mais econômicas, beneficiando diretamente a administração pública e, por consequência, o interesse público.

A adoção do menor preço por lote como critério de julgamento está em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, que prevê este mecanismo para contratações que envolvem bens e serviços comuns.

O objetivo é simplificar o processo de decisão, concentrando a análise em uma comparação objetiva e direta dos preços ofertados, desde que as propostas atendam às exigências técnicas previamente estabelecidas.

Contudo, para garantir que a escolha pelo menor preço seja de fato a mais vantajosa, a decisão será apoiada por uma planilha de decomposição de custos unitários, que proporcionará maior clareza sobre os componentes de custo, oferecendo uma visão detalhada sobre a formação dos preços.

Essa ferramenta permitirá à administração uma avaliação detalhada dos componentes de custo, assegurando que cada item esteja devidamente precificado de acordo com as especificações e necessidades do projeto.

A planilha de decomposição de custos unitários funcionará como um instrumento estratégico de controle e transparência, proporcionando à FeSaúde a capacidade de identificar eventuais distorções ou inconsistências nos valores propostos, minimizando o risco de superfaturamento ou subcotação, que poderiam comprometer a execução do contrato.

Esse nível adicional de detalhamento permitirá que a administração pública, de forma preventiva, verifique a compatibilidade dos preços unitários com os padrões de mercado e com os insumos necessários para a entrega dos serviços ou bens contratados.

A adoção dessa planilha encontra respaldo no §3º do art. 17 e no inciso II do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, que conferem à Administração a prerrogativa de exigir mecanismos de comprovação da aderência das propostas às especificações técnicas e financeiras definidas no termo de referência.

Dessa forma, a planilha de decomposição de custos unitários não apenas oferece uma visão clara e objetiva dos preços praticados, mas também atua como um instrumento de gestão de risco, protegendo a Administração de propostas que, embora apresentem o menor preço global, possam ser tecnicamente inviáveis ou desproporcionais em relação aos custos reais.

Além disso, o uso dessa ferramenta, combinado com os critérios de habilitação e o gerenciamento de riscos do contrato, reforça as linhas de defesa da Administração contra a possibilidade de uma proposta inadequada ser selecionada pelo sorteio automatizado do sistema.

Assim, a planilha de decomposição de custos unitários desempenha um papel fundamental, garantindo que a contratação seja pautada pela economicidade, transparência e, sobretudo, pela segurança de que os recursos públicos serão aplicados de maneira eficiente e responsável.

6.4. Das regras para a participação de sociedades constituídas em regime de Consórcio

Considerando a necessidade de otimizar as condições de mercado e aumentar o número de participantes, sugere-se a vedação da participação de empresas constituídas em forma de consórcio neste procedimento.

No entendimento da Egrégia Corte de Contas da União:

“Acórdão 1711/2017-Plenário: A decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade”.

Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado ou a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação – o que não é o caso concreto.

O presente procedimento tem como objeto a contratação de serviço comum, que é de técnica usual para o mercado, o que está em perfeita harmonia com o entendimento acima posto. É usual que a administração pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre particulares.

Nos procedimentos em que há a oferta de serviços da natureza do presente processo, é notória a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, suscitando condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

Essa conclusão, por si só, ratifica que a ausência de participação de empresas organizadas em forma de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital:

“GRUPO II - CLASSE VII – Plenário TC 029.420/2015-6

Natureza: Representação

Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Representante: BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. (33.179.565/0001-37)

Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. (peças 6 e 7)

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. COMPROVAÇÃO FÁTICA DE AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E DE VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

1. A participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade, podendo, eventualmente, ter o efeito oposto, limitando a concorrência devido à diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio (Acórdãos 1.072/2005, 1.591/2005, 1.417/2008 e 1.165/2012, do Plenário, e 2.813/2004 e 4.206/2014, da Primeira Câmara) ”.

Ao fim, conclui-se que tal sugestão é razoável, tendo em vista que esta tem por objetivo de afastar a restrição à competição e, conseqüentemente, proporcionar a seleção da melhor proposta para a Administração.

6.5. Das regras para a participação de sociedades constituídas em forma de cooperativa

Considerando a natureza da solução adotada e a prática do mercado fornecedor, **no presente procedimento é permitida a participação de empresas estatuídas sob a forma de cooperativa**, com o devido tratamento simplificado e diferenciado no que couber, sem prejuízo ao conjunto da solução adotada.

Neste ínterim, temos ainda a Lei n.º 12.960/12 que, em seu art. 5º, prevê que “a *Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada*”:

“Súmula nº 281/TCU

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

Nesse passo, não se vislumbra uma hipótese excepcionalíssima (seja técnica, econômica e circunstancialmente) justificável quanto à vedação de participação de sociedades cooperativas e, quando

subsumida a norma e os entendimentos acima postos ao caso concreto, de outra sorte, sabe-se que não há elementos objetivos que autorizassem o afastamento desse mercado.

6.6. Das regras para a participação de empresas beneficiárias do regime da Lei Complementar n.º 123/2006

Não há o direcionamento de reserva de cota e ou o direcionamento procedimento à participação exclusiva para MPE's, empresários individuais e cooperativas, uma vez que é adequado, pois a aplicação dos institutos é tecnicamente inviável, necessário, considerando que não se demonstra interessante em termos administrativos, e proporcional, considerando que a sugestão está alinhada à legislação e jurisprudência, como passamos a comentar.

Na forma prevista nos arts. 48, inciso I c/c 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123, de 2006 e arts. 6º e 9º do Decreto Estadual nº 42.063, de 2009, existem requisitos cumulativos que o presente procedimento não cumpre, como, por exemplo, o valor estimado do certame ser superior a R\$ 80.000,00 e que, ainda, a solução tem sua natureza indivisível.

O objeto deste procedimento licitatório é de natureza complexa e exige um nível elevado de especialização técnica, o que justifica a necessidade de uma ampla competição. Serviços complexos, por sua própria natureza, demandam uma variedade de competências e recursos que são mais bem atendidos por um espectro mais amplo de empresas, incluindo aquelas de médio e grande porte.

A aplicação de reservas ou direcionamentos exclusivos poderia limitar a participação de empresas que possuem a experiência e capacidade necessárias para executar o contrato de forma eficaz.

A experiência prática demonstra que, para objetos complexos, a competição mais ampla não apenas incentiva propostas mais qualificadas, mas também promove um ambiente mais justo e transparente, onde a seleção do fornecedor é baseada em critérios de competência e preço, sem restrições desnecessárias.

A decisão de não implementar reservas ou direcionamentos específicos está alinhada com a necessidade de assegurar uma competição robusta e eficiente, que é essencial para a execução bem-sucedida do contrato e para atender às exigências técnicas e administrativas do serviço.

Portanto, a decisão de não adotar medidas de reserva de cotas ou direcionamento específico para MPEs, empresários individuais ou cooperativas está fundamentada na complexidade do objeto e na necessidade de promover a maior competitividade possível.

Ao final, cabe salientar que fica garantido o tratamento diferenciado e simplificado às MPE e EPP concedido pelo art. 47 da LC 123/06, é observado no corpo de todo o procedimento licitatório.

6.7. Das regras para a participação de pessoas físicas

Considerando a natureza da solução adotada e as práticas do mercado fornecedor, o presente procedimento licitatório permite a participação de pessoas físicas, conforme o inciso IX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 116/2021.

O inciso IX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021 define claramente que, em algumas circunstâncias, pessoas físicas podem participar das licitações, desde que cumpram os requisitos específicos estabelecidos no edital.

Neste caso, a natureza do objeto e a complexidade do serviço a ser contratado não configuram uma hipótese excepcionalíssima, evidências técnicas, econômicas ou circunstanciais que recomendem a vedação da participação de pessoas físicas.

A análise da situação concreta e o alinhamento com as normas e entendimentos vigentes indicam que não existem elementos objetivos que justifiquem o afastamento de pessoas físicas do mercado fornecedor para o presente procedimento.

Portanto, permitir a participação de pessoas físicas não apenas está em conformidade com a legislação e com a prática do mercado, como também contribui para uma maior inclusão e competitividade no processo.

A inclusão de pessoas físicas como participantes potenciais amplia o espectro de fornecedores e garante que a Administração tenha acesso a uma gama mais ampla de propostas, aumentando a com-

petitividade e potencialmente a qualidade do serviço contratado. Em um cenário onde o objeto da licitação é complexo, a diversificação das propostas recebidas é essencial para garantir a melhor seleção e a otimização dos recursos públicos.

Portanto, a permissão para a participação de pessoas físicas está justificada pela ausência de motivos objetivos que recomendem a sua exclusão, estando alinhada com as disposições legais e práticas do mercado. Essa abordagem assegura que a concorrência seja mantida em um nível elevado e que a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração seja realizada de maneira ampla e transparente.

7. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Regime de execução

Considerando a natureza da solução adotada, a prática do mercado fornecedor e a necessidade do uso eficiente dos recursos públicos, adota-se, para operar a solução adotada, o regime de execução indireta em Empreitada por Preço Unitário, conforme o inciso XXVIII, do art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021 e conforme Informativo de Licitações e Contratos de nº 304/2016 do TCU, senão vejamos:

"A empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados; enquanto a empreitada por preço unitário deve ser preferida para objetos que, por sua natureza, não permitam a precisa indicação dos quantitativos orçamentários".

Por ser a execução do serviço por preço certo com unidades determinadas, neste cenário, a decisão pelo regime adotado é pertinente, pois, a partir das informações apresentadas no instrumento convocatório, a Administração concede aos interessados elementos suficientes para a apresentação de propostas adequadas às obrigações que serão efetivamente executadas.

Assim, o preço a ser pago é ajustado por unidades efetivamente entregues e o pagamento é devido após cada medição qualitativa sobre a execução do contrato. Dessa forma, a adoção do regime

viabiliza uma competição maior e uma correção entre o que foi executado e que deve ser pago, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Ao fim, importa destacar que este é o regime adequado, pois confere segurança ao contrato, considerando que modificações contratuais qualitativas/quantitativas têm seus custos expressos e justificados. Desta forma, diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, a Administração tem condições de, objetivamente, acompanhar a vantajosidade da proposta ofertada.

7.2. Forma de Execução

A execução do objeto de contratação no caso da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde) será pautada pela simples entrega dos produtos, com a garantia dos mesmos, conforme as especificações técnicas estabelecidas no processo licitatório. A estratégia proposta visa garantir que o fornecimento e a reposição dos itens necessários para o funcionamento das unidades de saúde aconteçam de forma contínua, eficaz e sem interrupções, assegurando a qualidade dos serviços prestados à população.

Neste caso, a execução será realizada através da entrega física dos equipamentos necessários, com garantia do bom funcionamento dos mesmos. Não haverá complexidade adicional como instalação ou integração direta, uma vez que a abordagem adotada busca a simplicidade operacional na entrega, minimizando custos adicionais e assegurando a eficiência do processo. A garantia será fundamental para assegurar que os produtos entregues estejam em perfeitas condições de uso, conforme especificado, sem prejuízos à operação das unidades de saúde.

A necessidade de garantia do produto é essencial, pois assegura que eventuais falhas ou defeitos nos equipamentos sejam corrigidos sem custos adicionais para a FeSaúde, garantindo que a administração pública possa continuar a operar dentro dos padrões exigidos, sem interrupções nos serviços. A opção por bens com especificações técnicas adequadas e sem excessos funcionais é uma medida que visa não apenas a eficiência e a economicidade, mas também a evitação de superdimensionamentos que não se justificam no contexto da saúde pública, garantindo a boa utilização dos recursos públicos disponíveis.

Além disso, a aquisição de equipamentos essenciais, como os sistemas de climatização para garantir o conforto térmico adequado nas unidades de saúde, contribui diretamente para a qualidade do atendimento médico e à saúde da população, especialmente em um ambiente hospitalar, onde a manutenção de uma temperatura controlada pode impactar diretamente na segurança dos pacientes, no funcionamento adequado de equipamentos médicos sensíveis e na prevenção de infecções hospitalares. Nesse sentido, a contratação visa não apenas proporcionar um ambiente confortável, mas também garantir a segurança e a eficiência nas atividades assistenciais e administrativas da FeSaúde.

Portanto, ao adotar a estratégia de fornecimento com garantia, a FeSaúde não só garante que os produtos adquiridos atendam aos critérios técnicos e funcionais necessários, mas também assegura que o processo de execução do contrato seja realizado com transparência, responsabilidade fiscal e compromisso com a qualidade do serviço público.

7.4. Reajustamento de Preços

7.4.1. Justificativa para a adoção dos índices de correção para pagamentos feitos com atrasos

Adota-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para a correção dos valores de pagamentos efetuados com atraso, na forma do inciso LVIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

Deve ressaltar-se que o regime para indexação relativo ao período anterior ao vencimento não se confunde com o pertinente à responsabilidade civil. Ou seja, a regra que proíbe reajustes para período inferior a doze meses não disciplina as consequências jurídicas do inadimplemento.

O sujeito (inclusive o Estado) tem o dever de cumprir a prestação assumida, no prazo e condições determinadas. Ao infringir esse dever, sujeita-se à obrigação de indenizar a parte inocente por perdas e danos.

Entre os danos emergentes encontra-se, no mínimo, a perda do valor da moeda proveniente da inflação. Portanto, se o Estado atrasar o pagamento, deverá pagar com correção monetária. Os Tribunais não têm hesitado em seguir esse caminho, na vigência do Plano Real.

É pacífico o entendimento sobre a possibilidade de a Administração realizar o pagamento de juros e correção monetária, conforme se depreende de excerto do recente Acórdão nº 1920/2011 - TCU - Primeira Câmara:

“Tomada de Contas. Pagamento de despesas de exercícios anteriores com acréscimo de juros de crédito bancário. Taxas superiores aos índices de variação de preços. Ofensa ao princípio de indisponibilidade do patrimônio público. Ato de gestão antieconômico. Dano ao erário. Débito inferior ao limite para TCE. Contas irregulares. Multa.

11.4 Em pesquisa que realizamos junto aos sistemas do Tribunal, verificamos que o assunto foi bem abordado no Acórdão 1931/2004-Plenário.

11.5 Em seu voto que fundamentou o Acórdão 1931/2004-Plenário, o Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues, ao analisar a pretensão do Órgão de não pagar a atualização monetária à empresa contratada, assim discorre:

Essa solução, além de não se harmonizar com o princípio jurídico que veda o enriquecimento sem causa à custa alheia, aplicável às relações jurídicas de toda a espécie, não se conforma com a Constituição Federal (art. 37, inciso XXI) e com a Lei 8.666/93 (art. 3º), que determinam a manutenção das condições efetivas da proposta nas contratações realizadas pelo poder público.

Como tal, negar à empresa contratada a composição de perdas e danos decorrentes de mora da própria Administração atentaria contra o primado da justiça que arrosta o enriquecimento sem causa, mesmo que essa exigência não esteja prevista em lei ou em disposição contratual”.

Assim, a Administração, em caso de atraso de pagamento pelos serviços efetivamente prestados, deve realizar a correção monetária desses valores com a incidência, inclusive, de juros moratórios, com vistas a homenagear o equilíbrio do ajuste.

A adoção do instituto (seguido do índice que o norteia) é adequada e necessária, pois homenageia a eficiência da solução primando pela sustentabilidade e durabilidade do ajuste.

7.4.2. Justificativa para a adoção dos índices para aferimento do reajuste dos valores contratuais

Considerando quem, no cenário atual, esta Fundação não dispõe de nenhum acordo e ou convenção coletiva para tratar dos assuntos de reajustes dos benefícios trabalhistas, adota-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para a correção dos valores pactuados. na forma do inciso LVIII, do art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021.

O reajustamento de preços é medido convencionado entre as partes contratantes para evitar que, em razão das elevações do mercado, da desvalorização da moeda ou do aumento geral de salários no período de execução do contrato administrativo, venha a romper-se o equilíbrio financeiro do ajuste:

“Acórdão 7184/2018 – TCU – 2ª Câmara:

O estabelecimento do critério de reajuste de preços, tanto no edital quanto no contrato, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos arts. 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, ainda que a vigência contratual prevista não supere doze meses. Entretanto, eventual ausência de cláusula de reajuste de preços não constitui impedimento ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sob pena de ofensa à garantia inserta no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como de enriquecimento ilícito do erário e consequente violação ao princípio da boa-fé objetiva”.

A adoção do instituto (seguido do índice que o norteia) é adequada e necessária, pois homenageia a eficiência da solução primando pela sustentabilidade e durabilidade do ajuste.

7.5. Garantia

Em razão da simplicidade da execução contratual, optou-se por não exigir a garantia prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021. Isso se justifica pelo caráter direto da entrega do objeto, que se limita à simples entrega dos produtos conforme as especificações, sem a necessidade de execução de serviços complexos ou acompanhamento contínuo que demandariam garantias adicionais.

Embora a exigência de garantia seja uma prática comum para assegurar a plena execução dos contratos e cobrir possíveis riscos de inadimplemento ou execução defeituosa, neste caso, a natureza do fornecimento e a inexistência de fatores que impliquem risco significativo de prejuízo à Administração tornam desnecessária a imposição dessa medida. Em outras palavras, dado que a entrega do produto será feita de forma simples, sem a complexidade de etapas que envolvam serviços ou execução contínua, o risco para o Erário é mitigado, não sendo necessária a garantia para cobrir eventuais falhas na execução.

Dessa forma, a decisão de não exigir a garantia não compromete a integridade e segurança da contratação, uma vez que os produtos entregues atendem às especificações e estarão dentro do padrão de qualidade exigido pela FeSaúde, o que reduz o risco de descumprimento e eventuais danos financeiros. Assim, o processo de contratação segue com a devida cautela e com foco na economicidade, sem a imposição de garantias que não seriam necessárias dadas as características do objeto contratado..

7.6. Possibilidade de subcontratação total ou parcial da solução

Em razão da simplicidade da execução do objeto, não será admitida a subcontratação total ou parcial da solução, uma vez que a natureza do contrato não exige a execução de serviços complexos ou atividades que envolvam diferentes etapas, o que, por sua vez, poderia demandar a participação de terceiros. A contratação proposta refere-se à entrega simples dos produtos, com garantia do seu funcionamento, sem necessidade de uma estrutura de subcontratação que envolva o fornecimento ou execução de partes essenciais para o cumprimento do objeto.

Embora a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 122, preveja a possibilidade de subcontratação parcial em casos específicos, esta opção não se aplica ao presente contrato, pois as atividades descritas não apresentam complexidade que justifique a fragmentação dos serviços. A subcontratação, nesses casos, é reservada para partes secundárias ou atividades com impacto percentual reduzido na solução global, como as que envolvem serviços acessórios que não afetam diretamente o cumprimento do objeto contratual.

A intenção de não permitir subcontratação, portanto, é assegurar que a contratada principal seja a responsável por todas as entregas diretamente relacionadas ao objeto contratado, garantindo maior

controle sobre o cumprimento das obrigações e a qualidade do produto final. A ausência de subcontratação também contribui para a simplificação do processo, evitando a dispersão de responsabilidades e a necessidade de supervisão adicional, o que pode comprometer a celeridade e a eficácia do contrato.

Dessa forma, a execução da solução será realizada de maneira direta pela contratada principal, sem a necessidade de delegação de tarefas a terceiros, assegurando que todos os aspectos da entrega, incluindo a garantia do produto, sejam cumpridos de acordo com as especificações e prazos estabelecidos.

7.7. Duração do Contrato

A solução a ser contratada será de pronta entrega, o que implica em uma entrega única, sem necessidade de execução contínua ou instalação por etapas. Portanto, não haverá um prazo de duração de contrato relacionado à execução do objeto, pois a entrega do produto será realizada de uma só vez, conforme os requisitos estabelecidos. A Ata de Registro de Preços, no entanto, terá vigência de 12 meses, pois esse prazo é suficiente para garantir a efetividade do processo de compra e reposição dos materiais dentro do ciclo de necessidade da Fundação.

A escolha pela Ata de Registro de Preços com prazo de 12 meses justifica-se pela flexibilidade e pela garantia de fornecimento durante esse período. O prazo é adequado para cobrir a duração de eventuais necessidades de reposição e ajustes nas quantidades requisitadas, sem a necessidade de um contrato de longa duração que se aplique à entrega de produtos com prazo de execução contínuo. A Ata de Registro de Preços também facilita o processo administrativo, permitindo a compra de itens dentro do período estabelecido, garantindo o cumprimento das demandas de forma ágil e sem complicações operacionais.

Além disso, o Art. 105 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a solução contratada seja entendida como uma de serviço contínuo. Contudo, no caso de pronta entrega, não há continuidade de serviço, portanto, o contrato será atrelado à quantidade e necessidade de reposição dos produtos, com o devido controle por meio da Ata de Registro de Preços.

Dessa forma, enquanto a solução será de entrega única, a Ata de Registro de Preços garante a agilidade e a continuidade no fornecimento dentro de um período viável, permitindo o atendimento das demandas de reposição ou aquisição adicional dentro do prazo de 12 meses.

8. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

Para a adequada instalação do objeto, é imprescindível que sejam realizadas providências voltadas à preparação do ambiente físico e estrutural, atendendo às exigências técnicas do equipamento. Primeiramente, a infraestrutura elétrica deve ser verificada, assegurando a compatibilidade com a voltagem e amperagem do equipamento, e deve ser garantida a existência de tomadas dedicadas e aterramento adequado para evitar sobrecargas ou falhas elétricas. A estrutura lógica deve ser compatível com as especificações do equipamento, assegurando pontos de rede estáveis para conexões, quando necessário, para o pleno funcionamento do sistema. Os ambientes de instalação devem ser vedados, evitando vazamentos de ar por portas ou janelas mal ajustadas, o que comprometeria a eficiência do sistema. Além disso, a instalação de portas vedantes e a vedação das aberturas existentes são fundamentais para garantir o controle térmico eficiente, evitando trocas de temperatura entre os ambientes.

O sistema hidráulico também deve ser inspecionado nos casos em que o equipamento exija refrigeração por meio de água, assegurando conexões livres de vazamentos e pressão adequada. É necessário verificar a compatibilidade dos materiais usados nas tubulações para evitar corrosão ou contaminação que possa prejudicar o funcionamento do equipamento. Para as unidades de ar condicionado, as paredes devem ser reforçadas, se necessário, para suportar a instalação de suportes ou condensadoras externas, garantindo segurança estrutural e durabilidade. Também é recomendada a preparação do espaço com isolantes térmicos nas superfícies, como pisos e paredes, para melhorar a eficiência energética e reduzir o consumo elétrico.

A adequação do ambiente deve considerar também a acessibilidade e segurança, garantindo que a localização dos equipamentos permita fácil manutenção, sem interferir no fluxo das atividades assistenciais ou administrativas. A instalação de proteções contra surtos elétricos e quedas de energia também é essencial, reduzindo os riscos de danos aos equipamentos e prevenindo interrupções nos serviços. É necessário estabelecer uma rotina de limpeza prévia ao início das operações, eliminando poeira

e outras partículas que possam comprometer os sistemas do equipamento. Adicionalmente, a configuração do espaço deve prever um layout organizado, com distâncias adequadas entre equipamentos e superfícies para evitar superaquecimento e facilitar a circulação do ar.

A previsão de mobiliário específico, quando necessário, é uma medida complementar importante para acomodar o equipamento de forma estável e ergonômica. Ambientes com alta umidade devem ser monitorados, utilizando desumidificadores ou sistemas de ventilação adequados para proteger o equipamento e assegurar seu desempenho. Outra medida relevante é a instalação de sensores para monitoramento contínuo de temperatura e umidade, garantindo que os parâmetros ideais sejam mantidos e alertando sobre desvios que possam impactar o equipamento. Por fim, todos os ajustes realizados no ambiente devem seguir rigorosamente as recomendações técnicas do fabricante, bem como as normas regulamentadoras aplicáveis, assegurando a qualidade e segurança da instalação.

9. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS DESSES RISCOS

instalação do objeto em questão pode gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de energia, produção de resíduos, emissão de calor, e possíveis vazamentos de fluidos, entre outros. Para minimizar esses impactos, é fundamental adotar uma abordagem de gestão ambiental estruturada, que contemple medidas mitigadoras adequadas.

O consumo de energia, especialmente em equipamentos de grande porte, pode resultar em maior pressão sobre a matriz elétrica local e contribuir para emissões indiretas de gases de efeito estufa. Para mitigar esse impacto, recomenda-se a instalação de dispositivos de eficiência energética, como sensores automáticos para otimização de consumo e sistemas de recuperação de calor. Outra medida essencial é garantir que o equipamento esteja certificado com selos de eficiência energética, reduzindo o impacto ambiental associado.

A geração de resíduos sólidos durante a instalação, como embalagens, componentes descartados ou materiais de obra, exige um plano de gerenciamento de resíduos. É necessário separar os resíduos recicláveis e não recicláveis, dando a destinação correta a cada tipo de material. Parcerias com

empresas de reciclagem ou aterros licenciados são cruciais para evitar descarte inadequado e poluição ambiental.

Outro aspecto relevante é o gerenciamento de efluentes líquidos em casos onde o equipamento utilize sistemas de refrigeração ou fluidos específicos. Vazamentos de substâncias químicas podem contaminar solo e águas subterrâneas. Para mitigar esse risco, deve-se assegurar que as conexões hidráulicas estejam em conformidade com as normas técnicas e realizar monitoramento contínuo para detectar vazamentos rapidamente.

A emissão de calor gerada pelo funcionamento do equipamento pode afetar o microclima do ambiente, especialmente em locais com ventilação inadequada. Como medida mitigadora, a instalação de sistemas de ventilação e ar-condicionado eficientes, com capacidade proporcional à carga térmica do equipamento, ajuda a dissipar o calor de maneira controlada.

O ruído gerado pelo funcionamento do equipamento também pode ser um fator de impacto ambiental, especialmente em áreas sensíveis como hospitais e zonas residenciais. A instalação de barreiras acústicas ou isolantes adequados pode minimizar esse impacto, garantindo o conforto ambiental dos usuários e das comunidades vizinhas.

O descomissionamento futuro do equipamento também gera impacto ambiental, especialmente em relação ao descarte de componentes eletrônicos. Para mitigar esse efeito, deve-se planejar desde já um ciclo de vida sustentável, com estratégias para reciclagem ou reutilização de partes do equipamento.

Para maximizar os benefícios da aquisição, é recomendável combinar a aquisição de equipamentos eficientes com outras práticas, como o uso de fontes renováveis de energia, a implementação de sistemas de monitoramento do consumo e a capacitação dos operadores. Essas ações complementares potencializam os ganhos de eficiência e asseguram o uso responsável dos recursos energéticos.

Por fim, ao priorizar equipamentos com eficiência energética, as organizações não apenas otimizam seus processos, mas também assumem um papel ativo na construção de um futuro mais sustentável. Essa decisão tem impactos positivos imediatos e duradouros, tanto no meio ambiente quanto na economia e na sociedade como um todo.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

O demonstrativo dos resultados pretendidos com a implementação de adequadas soluções de climatização busca atingir a máxima economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. O controle eficiente das condições climáticas internas favorece a conservação de equipamentos sensíveis, a redução de desperdícios energéticos e o conforto térmico necessário para a produtividade das equipes.

A climatização eficiente contribui para economias financeiras significativas, principalmente por meio de sistemas modernos que utilizam tecnologias como inversores de frequência e compressores de alta eficiência energética. Essas tecnologias reduzem o consumo elétrico ao ajustar automaticamente o desempenho conforme a necessidade, minimizando desperdícios e custos operacionais.

A melhoria nas condições de trabalho, proporcionada por um ambiente adequadamente climatizado, impacta diretamente o desempenho dos recursos humanos. Colaboradores que trabalham em condições térmicas ideais demonstram maior produtividade, menos fadiga e maior satisfação, reduzindo também os índices de afastamentos por questões de saúde associadas a ambientes inadequados.

Com relação aos recursos materiais, o uso de equipamentos de climatização energeticamente eficientes prolonga a vida útil do sistema, reduz a necessidade de reparos frequentes e diminui o consumo de insumos, como filtros e fluidos refrigerantes. Isso garante maior retorno sobre o investimento ao longo do tempo, promovendo a sustentabilidade econômica e ambiental.

A gestão financeira é otimizada pela previsibilidade de custos proporcionada por tecnologias modernas de monitoramento e automação, que permitem identificar e corrigir anomalias rapidamente. Assim, gastos com manutenção corretiva e consumo excessivo de energia são evitados, contribuindo para a saúde financeira da organização.

O impacto ambiental é mitigado por soluções de climatização que utilizam fluidos refrigerantes de baixo potencial de aquecimento global e sistemas que recuperam calor para reaproveitamento em

outros processos. Essas práticas reduzem a pegada ecológica e garantem conformidade com regulamentações ambientais.

Além disso, a climatização adequada preserva equipamentos tecnológicos de alta precisão, que podem ser danificados por variações térmicas extremas ou condições inadequadas de umidade. A proteção do patrimônio reduz custos com substituições e conserto de ativos, promovendo maior longevidade dos recursos materiais.

A instalação de sistemas de climatização eficiente também reforça a capacidade da organização de atrair investimentos e parcerias. Demonstrar comprometimento com sustentabilidade e eficiência aumenta a credibilidade institucional e cria oportunidades para acesso a linhas de financiamento voltadas à modernização tecnológica.

A longo prazo, espera-se que essas melhorias resultem em um ambiente organizacional mais harmonioso, com maior desempenho global. A combinação de conforto térmico, economia financeira e menor impacto ambiental cria um ciclo virtuoso que beneficia tanto a organização quanto a sociedade.

Por fim, a climatização adequada, quando alinhada a um planejamento integrado de recursos energéticos e humanos, representa um investimento estratégico indispensável. Esse esforço garante não apenas a otimização dos recursos disponíveis, mas também a criação de um ambiente sustentável, produtivo e financeiramente equilibrado.

11. AVALIAÇÃO E MAPA DE RISCOS

O conjunto de fatores capazes de acarretar prejuízos à execução da solução, bem como as ações de prevenção e contingência para garantir o zelo aos recursos públicos empregados na solução ficam assim definidos.

a) Gerenciamento de riscos na fase de planejamento da contratação

NÚMERO	RISCO	DESCRIÇÃO	IMPACTO	PROBABILIDADE	TIPO DE AÇÃO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
1			Médio	Alto	Ação Preventiva	Ampliar a consulta a fornecedores,	DAF/GEAD



	Pesquisa de preços não reflete a realidade do mercado	Coleta de preços limitada ou desatualizada, resultando em orçamento irreal.				usar bases confiáveis, revisar preços de contratos recentes.	
					Ação de Contingência	Reavaliar o processo de coleta de preços durante a fase de execução e, se necessário, solicitar aditivos ou realocar recursos para evitar a interrupção.	
2	Especificações técnicas confusas	Especificação do serviço com erros ou imprecisões, dificultando a execução.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Reavaliar o processo de coleta de preços durante a fase de execução e, se necessário, solicitar aditivos ou realocar recursos para evitar a interrupção.	DAF/GEINF
					Ação de Contingência	Revisar o contrato durante a execução, ajustando o escopo com aditivos e realinhamento com os fornecedores.	
3	Interesses políticos divergentes	Resistência em encerrar o presente processo como Política Governamental, por conta de deal breakers, concepções erradas ou ceticismo.	Médio	Médio	Ação Preventiva	Criação de grupo de trabalho para conduzir a definição da contratação e para a sensibilização direta dos deal breakers.	CHEGAB/DITI
					Ação de Contingência		
4	Falta de avaliação do mercado fornecedor	Não conhecer o mercado ou as condições dos fornecedores, levando a propostas insuficientes ou inviáveis.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Realizar análise de mercado para entender a capacidade dos fornecedores e gargalos no fornecimento.	DITI/DAF
					Ação de Contingência	Caso faltem propostas viáveis,	



						abrir nova consulta de mercado ou revisar o escopo para facilitar a atração de fornecedores.	
5	Falta de previsões sobre imprevistos e custos adicionais	Não prever margem para gastos imprevistos (ex: aumento de preços de peças ou serviços).	Alto	Médio	Ação Preventiva	Incluir cláusulas para revisões de preços e prever reserva de contingência no orçamento.	DITI/DAF
					Ação de Contingência	Ajustar os termos do contrato com a inclusão de revisões de preço ou aditivos, se os valores ultrapassarem o previsto.	
6	Critérios de qualidade e desempenho vagos	Falta de indicadores claros para avaliar a qualidade e o desempenho dos serviços contratados.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Definir KPIs no contrato e prever penalidades ou ajustes em caso de desempenho abaixo do esperado.	DITI/DAF
					Ação de Contingência	Revisar o contrato e aplicar as penalidades previstas ou ajustar o escopo do contrato para incluir novos indicadores de desempenho.	
7	Morosidade do procedimento	Lentidão dos setores responsáveis na promoção de análises, elaboração de peças, dentre outros.	Baixo	Médio	Ação Preventiva	Conversar com os setores antes de enviar o procedimento para análise	DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Estipular prazos maiores contando com a demora dos setores	
8			Alto	Médio	Ação Preventiva	Estabelecer o quantitativo em	DAF/DITI



	Dimensionamento da demanda em discordância com a realidade da Fundação, gerando alta expectativa ao mercado	Neste caso, a Administração publicaria o Edital com informações assimétricas, que não expressem as condições de execução e de gestão a, causando o efeito de propostas desvantajosas em termos operacionais e administrativos e em perda da credibilidade o que, daí, prejudicaria o rol de players disponíveis à contratar com a Administração.				conversa com os patrocinadores do projeto e Alta Administração da Fundação	
					Ação de contingência	Estabelecer uma porcentagem de reserva para cobrir cenários imprevisíveis	DAF/DITI
						Aditivo de 25%	DAF/DITI
9	Rogar a apresentação de Balanço Patrimonial da empresa, e solicitar que o proponente apresente percentuais sobre índices que não sejam compatíveis com o da prestação dos serviços objeto da contratação, ou que venham impactar na renovação contratual. (Qualificação Financeira)	Neste caso, a Administração publicaria o Edital com informações assimétricas, que não expressem as condições de execução e de gestão a serem, causando o efeito de propostas desvantajosas em termos operacionais e administrativos, prejudicando o andamento do certame, que poderia ser questionamento administrativo e judicialmente, e em perda da credibilidade o que, daí, prejudicaria o rol de players disponíveis à contratar com a Administração.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Mapear o mercado para definição de itens e percentuais compatíveis com a área de prestação do serviço	DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Definir percentuais de comprovação de índices que não venham a impactar na renovação contratual	



10	Definição inadequada das condições de comprovação da qualificação técnica, que possam configurar uma restrição de mercado.	Neste caso, a Administração publicaria o Edital com informações assimétricas, que não expressem as condições de execução e de gestão a serem , causando o efeito de propostas desvantajosas em termos operacionais e administrativos e em perda da credibilidade o que, daí, prejudicaria o rol de players disponíveis à contratar com a Administração.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Mapear a melhor definição para se atestar qualificação técnica e o percentual	DAF/DITI
					Ação de Contingência	Garantir que as definições afirmam apenas a capacidade da empresa em prestar o serviço	DAF/DITI
11	Problemas com a governança do contrato.	Definição equivocada de quem fiscaliza o contrato, resultando em falhas e atrasos.	Médio	Médio	Ação Preventiva	Definir claramente no planejamento quem vai monitorar e como será o acompanhamento, com relatórios periódicos.	DAF/DITI
					Ação de Contingência	Caso falte fiscalização, reorganizar internamente as responsabilidades, designando novos fiscais ou criando comissões de acompanhamento.	DAF/DITI

b) Gerenciamento de riscos na fase de externa contratação

MODELAGEM	NÚMERO	RISCO	DESCRIÇÃO	IMPACTO	PROBABILIDADE	TIPO DE AÇÃO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Pregão	1	Deixar de encaminhar o Edital para o TCE	Neste caso, as informações do certame podem não ser encaminhadas	Baixo	Baixo	Ação Preventiva	Estabelecer fluxo interno de rotinas que tem que ser executadas	DAF/GEAD



			ao Tribunal, ou encaminhada de forma atrasada, gerando questionamentos, ordens ou, até mesmo, a paralisação do procedimento.			Ação de Contingência	Cumprir a regra mesmo após o prazo e, por e-mail, comunicar as razões ao Tribunal de Contas do Estado.	DAF/GEAD
	2	Impugnação do edital por inconsistências	Erros ou ambiguidades no edital podem gerar impugnações e atrasos no processo licitatório.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Revisar o edital com equipe técnica e jurídica antes da publicação, garantindo clareza e correção das informações.	DAF/GEAD
						Ação de Contingência	Caso ocorra impugnação, corrigir rapidamente o edital e reabrir os prazos para evitar maiores atrasos.	DAF/DITI
	3	Fraude ou conluio entre licitantes	Acordos entre licitantes para manipular o resultado do certame, comprometendo a lisura do processo.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Monitorar o comportamento dos licitantes e usar ferramentas de controle para garantir transparência.	DAF/GEAD
						Ação de Contingência	Desclassificar os envolvidos, abrir sindicância e cancelar o certame, reabrindo uma nova licitação.	DAF/GEAD
	4	Atraso na publicação do edital junto ao Diário	Por motivos da administração ocorre atraso na publicação do edital junto a Imprensa Oficial	Baixo	Baixo	Ação Preventiva e de Contingência	Desclassificar os envolvidos, abrir sindicância e cancelar o certame, reabrindo	DAF/GEAD



							uma nova licitação.	
--	--	--	--	--	--	--	---------------------	--

c) Gerenciamento de riscos na fase de execução da contratação

NÚMERO	RISCO	DESCRIÇÃO	IMPACTO	PROBABILIDADE	TIPO DE AÇÃO	AÇÕES	RESPONSÁVEL
1	Atraso na entrega dos serviços	O fornecedor não cumpre o cronograma, impactando as operações das unidades de saúde.	Alto	Alto	Ação Preventiva	Definir cronograma realista e incluir cláusulas de penalidade por atraso no contrato.	DAF/GEINF – DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Negociar prorrogação contratual ou contratar serviços emergenciais para garantir continuidade.	DAF/GEINF – DAF/GEAD
2	Falta de comunicação entre contratante e contratado	Falhas de comunicação podem gerar mal-entendidos e descoordenação nas atividades executadas.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Estabelecer reuniões de acompanhamento regulares e canais de comunicação claros e ágeis.	DAF/GEINF – DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Reorganizar a comunicação, implementando um plano de ação para alinhamento das atividades e ajustando cronogramas se necessário.	DAF/GEINF – DAF/GEAD
3	Aumento não previsto no volume de serviços	Demanda maior do que a prevista no contrato, sobrecarregando a equipe e os recursos.	Alto	Médio	Ação Preventiva	Prever margem de aumento de volume no contrato e alinhar com o fornecedor os limites de capacidade.	DAF/GEINF
					Ação de Contingência	Negociar aditivos contratuais ou contratação complementar para suprir a demanda adicional e Priorizar serviços críticos em caso de sobrecarga	DAF/GEINF
4			Médio	Alto	Ação Preventiva	Avaliar a saúde financeira do fornecedor du-	DAF/GEINF – DAF/GEAD



	Interrupção no fornecimento por problemas financeiros do fornecedor	Dificuldades financeiras do fornecedor podem levar à suspensão dos serviços.				rante o processo de contratação e exigir garantias bancárias.	
					Ação de Contingência	Substituir o fornecedor por outros habilitados no mercado; acionar as garantias financeiras previstas no contrato.	DAF/GEINF – DAF/GEAD
5	Falta de adaptação às mudanças legais ou normativas	O contratado não se ajusta a novas regulamentações ou exigências legais que surgem durante a execução.	Médio	Alto	Ação Preventiva	Acompanhar constantemente as mudanças legais e incluir cláusulas de revisão contratual em caso de alteração normativa.	DAF/GEINF – DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Exigir adequação imediata do contratado ou substituir por fornecedores que estejam em conformidade.	DAF/GEINF – DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Uso de firewalls, antivírus e criptografia	DAF/GEINF
6	Desatualização tecnológica	Equipamentos obsoletos impactando o desempenho de climatização	Médio	Médio	Ação Preventiva	Planejamento de atualização contínua equipamentos	DAF/GEINF
					Ação de Contingência	Contratar fornecedores temporários até a atualização	DAF/GEINF
7	Queda de energia	Interrupção dos serviços por falta de eletricidade	Alto	Médio	Ação Preventiva	Instalação de geradores e UPS	DAF/GEINF
					Ação de Contingência	Utilizar infraestrutura de energia redundante	DAF/GEINF
8	Riscos ambientais	Danos a cabos e servidores devido a condições climáticas	Alto	Baixo	Ação Preventiva	Proteger infraestrutura com materiais adequados	DAF/GEINF
					Ação de Contingência	Contratar serviços de manutenção de emergência	DAF/GEINF
9	Descarte inadequado de equipamentos	Acúmulo de lixo eletrônico	Baixo	Alto	Ação Preventiva	Implementar programa de descarte responsável	DAF/GEINF

					Ação de Contingência	Firmar contrato com recicladoras especializadas	DAF/GEINF
					19Ação de Contingência	Redirecionar o tráfego da rede para outros canais	DAF/GEINF
10	Uso indevido dos equipamentos	Empregados utilizando os equipamentos para atividades não relacionadas	Média	Alta	Ação Preventiva	Implementar políticas de uso e monitoramento	DAF/GEINF
					Ação de Contingência		
11	Desgaste dos cabos e equipamentos	Danos físicos ao longo do tempo	Alta	Alta	Ação Preventiva	Manutenção preventiva e substituição regular	DAF/GEINF
					Ação de Contingência	Contratar manutenção emergencial e reparo	DAF/GEINF
12	Dependência excessiva de um único fornecedor	Falta de alternativas caso o fornecedor falhe	Média	Alta	Ação Preventiva	Diversificar fornecedores	DAF/GEINF
					Ação de Contingência	Contratar um fornecedor de backup diferente do prestador de serviço	DAF/GEINF
13	Falha no planejamento de contingência	Falha no planejamento de contingência	Alto	Médio	Ação Preventiva	Desenvolver e testar planos de contingência	DAF/GEINF – DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Implementar ações corretivas imediatas após falhas	DAF/GEINF – DAF/GEAD
14	Alta rotatividade da equipe	Perda de conhecimento técnico com a saída de colaboradores	Alto	Médio	Ação Preventiva	Plano de retenção de talentos e documentação	DAF/GEINF – DAF/GEAD
					Ação de Contingência	Treinamento rápido para novos funcionários e criação de memória para a continuidade dos serviços	DAF/GEINF – DAF/GEAD

Ao fim, ratifica-se que os cenários e os riscos mensurados são administráveis.

12. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

Dada a simplicidade do objeto contratado e o caráter operacional das atividades previstas, não se identificou a necessidade de transferência de conhecimento ou tecnologia entre a contratada e a contratante. O escopo da contratação envolve práticas consolidadas e de domínio comum no mercado, o que dispensa a inclusão de treinamentos especializados, desenvolvimento de novos processos ou incorporação de tecnologias que exijam adaptação ou capacitação técnica específica para sua implementação ou operação.

13. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que garante o direito fundamental de acesso à informação, a Administração tem a obrigação de assegurar a publicidade de seus atos, exceto naqueles casos em que a informação seja legalmente classificada como sigilosa ou restrita. No entanto, no presente caso, declara-se que as informações relacionadas ao objeto desta contratação não contêm dados sigilosos, estando plenamente disponíveis para consulta pública. Tal transparência reforça o compromisso da Administração com a acessibilidade e a clareza de suas ações, em conformidade com os princípios da legalidade e da publicidade.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atesta-se, portanto, que a contratação proposta é viável, conforme os parâmetros estabelecidos pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP). Este estudo levou em consideração todos os requisitos técnicos, legais, ambientais e os específicos do negócio, além de uma análise detalhada do mercado em que o objeto está inserido. A viabilidade da contratação é respaldada pelo art. 32, XIII, do Decreto Municipal nº 14.730/2023, que orienta o processo de contratação pública e assegura a adequação da solução à demanda da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde).

Além disso, a gestão de riscos associada à contratação foi abordada de maneira estratégica, com ênfase na mitigação de riscos operacionais, financeiros e técnicos. A análise de riscos permitiu identificar potenciais problemas que poderiam impactar a execução do contrato, como a possível falha na entrega do objeto, a não conformidade com as especificações técnicas ou a dificuldade de cumprimento

dos prazos estabelecidos. Esses riscos foram mapeados e planos de contingência foram propostos, garantindo que as ações corretivas possam ser implementadas de forma ágil, caso algum risco venha a se materializar.

A contratada será responsável pela execução eficiente e dentro dos parâmetros estabelecidos, com um acompanhamento contínuo por parte da administração pública, minimizando os impactos negativos sobre o andamento do contrato. O acompanhamento será orientado por indicadores de desempenho que permitem monitorar a qualidade e a entrega da solução contratada, além de garantir a rápida identificação de problemas. Dessa forma, a gestão de riscos e o acompanhamento da execução contratual são essenciais para garantir a continuidade e a efetividade da contratação, assegurando que os objetivos da FeSaúde sejam plenamente alcançados.

A recomendação, portanto, é dar continuidade à elaboração do Termo de Referência com base neste estudo, assegurando que os processos de gestão de riscos sejam integrados e monitorados ao longo da execução do contrato, para garantir a viabilidade e a eficácia do projeto. O estudo confirma a viabilidade da contratação e orienta as próximas etapas do processo, com a devida implementação das medidas de controle e mitigação de riscos.

Niterói, 26 de novembro de 2024.

Elaborado por (assinado eletronicamente):

Erinaldo Ribeiro
Matrícula n.º 1056-1
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação

Breney Gonçalves
Matrícula n.º 2641-7
Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação

Ronaldo Matias Uchoa Cavalcanti
Matrícula n.º 2208-0
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação











Leandro Soares dos Santos
Matrícula n.º 2309-4
Integrante d Requisitante a Equipe de Planejamento da Contratação

Aprovado por (assinado eletronicamente):

Pedro Gilberto Alves de Lima
Matrícula n.º 2253-5
Diretor Geral e Autoridade máxima competente para aprovação do instrumento²
Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde)

² Decreto Municipal n.º 14.790/2023:

Art. 44. Os documentos aduzidos no art. 43 deverão ser submetidos à apreciação da autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser firmados pelo responsável técnico pela elaboração.

 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: Breney Gonçalves Pereira ...109.547-... Data: 28/11/2024 10:39	 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: ERINALDO SILVA RIBEIRO ...287.227-... Data: 28/11/2024 11:47	 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: PEDRO GILBERTO ALVES DE LIMA ...667.998-... Data: 28/11/2024 12:36	 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: Leandro Soares Santos ...143.737-... Data: 28/11/2024 14:13
 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: RONALDO MATIAS UCHOA CAVALCANTI ...398.447-... Data: 28/11/2024 14:49						

Termo de Referência

Pregão eletrônico, para o **Sistema de Registro de Preços**, para a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado**, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde.

Apresentação: O presente Termo de Referência apresenta as condições, a forma de recebimento, a forma de execução a forma de pagamento do **pregão eletrônico**, para o **Sistema de Registro de Preços**, para a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado**, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde.

Objeto: O objeto da presente licitação, na modalidade pregão eletrônico, para o Sistema de Registro de Preços, é a aquisição de aparelhos de ar condicionado, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde.

Observações: A contratada deverá entregar os produtos no local de entrega indicado neste Termo de Referência.

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico, para o Sistema de Registro de Preços, fundamento no art. 64 c/c art. 120 ambos do Decreto Municipal n.º 14.730/2023.

Critério de julgamento: Menor preço por lote.

Prazo para entrega: 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Compra.

Regime de execução do objeto: Empreitada por preço unitário.

Apêndices:

- Apêndice 1 – Descrição detalhada do objeto.
- Apêndice 2 – Termo de recebimento provisório
- Apêndice 3 – Termo de recebimento definitivo
- Apêndice 4 – Modelo de lista de verificação de pagamento
- Apêndice 5 – Termo de Encerramento do Processo

Termo de Referência n.º 059/2024

Versão n.º 02/2024

Data de elaboração: 19/11/2024

Processo Administrativo n.º 9900099126/2024



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação, na modalidade pregão eletrônico, para o Sistema de Registro de Preços, é a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS QUENTE E FRIO (REVERSO) SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. TIPO 3 - 12000 BTUS MODELO SPLIT HIGH WALL TIPO DE CICLO QUENTE/FRIO COR BRANCO ENCE A FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA VAZÃO DE AR NO MÍNIMO 500 M³/H CONTROLE REMOTO SIM TERMOSTATO DIGITAL FUNÇÕES SLEEP E SWING VOLTAGEM 220 V TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER, DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO, DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.	UNIDADE	58	R\$ 2.518,35	R\$ 146.064,30
1	2	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS QUENTE E FRIO (INVERTER), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.	UNIDADE	24	R\$ 3.573,09	R\$ 85.754,16
1	3	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO)CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 24000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO)EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO,	UNIDADE	8	R\$ 4.407,13	R\$ 35.257,04



		TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RÁPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.				
1	4	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RÁPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE	5	R\$ 9.213,91	R\$ 46.069,55
1	5	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RÁPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V OU 330-380V (TRIFÁSICO). GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE	3	R\$ 13.162,67	R\$ 39.488,01
Total				98	R\$ 352.663,06	

1.1.1. Descrição detalhada do objeto

1.1.1.1. A descrição detalhada dos objetos deste Termo de Referência é apresentada no Apêndice 1.

1.2. Havendo divergência entre a descrição detalhada do item indicado no catálogo do sistema Compras.gov.br e a especificação prevista neste Termo de Referência, **sempre prevalecerá a especificação prevista neste Termo de Referência.**

1.3. Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns.

1.3.1. Os objetos deste procedimento não se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro 2021.

1.4. Não haverá parcelamento da solução, tendo em vista a baixa complexidade da aquisição.

1.5. Não há prazo de vigência para a pretensa contratação, visto que se trata de compra com entrega imediata, demandada por Ordem de Compra, em substituição ao instrumento contratual, nos termos do art. 6º, inciso X, e art. 95, II ambos da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1. A Ordem de Compra oferece maior detalhamento das regras que regem a entrega dos objetos.

1.6. Prazo de validade da proposta:

1.6.1. A proposta do fornecedor tem o prazo definido de 60 (sessenta) dias, contadas a partir do dia de inscrição no da proposta ofertada no Sistema Compras.GOV, podendo ser prorrogado por igual período em única oportunidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A FeSaúde atravessa um contexto de expansão de sua carta de serviços que, junto ao reabastecimento natural dos materiais consumidos até aqui, importa na necessária adoção de uma estratégia de suprimentos para garantir o abastecimento contínuo e eficaz de materiais necessários para o seu funcionamento.

2.2. a aquisição ora pretendida se justifica pela necessidade de proporcionar conforto térmico nas unidades num cenário em que as altas temperaturas causam desconforto físico aos usuários e pacientes que se encontram sob cuidados médicos e assistenciais nas unidades de atendimento da FeSaúde.

2.3. Como se não bastasse os danos e riscos causados às pessoas que transitam ou permanecem na unidade, as altas taxas de calor podem provocar danos ao funcionamento de equipamentos sensíveis a altas temperaturas durante o seu uso.



2.4. Ainda, a manutenção da temperatura e o conforto ambiental em unidades de saúde são itens de vital importância no combate e controle da propagação de infecções hospitalares, muito comuns em ambientes onde o controle da temperatura é inadequado ou inexistente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) O cumprimento da legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme a Lei n.º 12.305/2010.

Da exigência de carta de solidariedade

3.2. Não há a exigência de carta de solidariedade ao proponente no presente procedimento.

Subcontratação

3.3. Não é admitida a subcontratação parcial ou total do objeto.

Garantia contratual

3.4. Não haverá exigência de garantia contratual, na forma prevista entre os arts. 96 e 102, da Lei nº 14.133/21, considerando a natureza e a baixa complexidade e vultuosidade do presente procedimento.

Garantia dos produtos, manutenção e assistência técnica

3.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.6 O prazo de garantia dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.



3.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a contratante

3.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.11. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

3.13. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



3.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

3.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Vistoria

3.17. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos

3.18. Na presente contratação não há a indicação de marcas, características ou modelos.

Da exigência de amostra

3.19. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra de cada item ofertado, **por meio da apresentação do manual e do folder ou prospecto do(s) produto(s) ofertado(s), também, com imagens dos produtos ofertados**, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta.

3.19.1. As amostras serão encaminhadas junto com a proposta de preços readequada e demais documentos de habilitação, no prazo limite de prazo para apresentação de oferta na dispensa eletrônica, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega ou montagem.

3.20. A amostra, quando apresentada, passará por análise técnica da área demandante, para exame de conformidade e outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar que atende as especificações deste termo de referência.

3.20.1. Quaisquer interessados poderão enviar seus representantes para acompanhar a análise da amostra, porém, sem nenhum custo para a Administração.



3.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

3.22. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECIMENTO
1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS QUENTE E FRIO (REVERSO) SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. TIPO 3 - 12000 BTUS MODELO SPLIT HIGH WALL TIPO DE CICLO QUENTE/FRIO COR BRANCO ENCE A FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA VAZÃO DE AR NO MÍNIMO 500 M³/H CONTROLE REMOTO SIM TERMOSTATO DIGITAL FUNÇÕES SLEEP E SWING VOLTAGEM 220 V TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER, DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO, DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.	UNIDADE
2	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS QUENTE E FRIO (INVERTER), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.	UNIDADE
3	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO)CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 24000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO)EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V.GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.	UNIDADE
4	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE
5	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V OU 330-380V (TRIFÁSICO). GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE

3.23. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

3.24. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

3.25. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

3.26. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

4.1. O prazo de entrega e dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Compra.

4.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (três) dias corridos** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.2. A Ordem de Compra será encaminhada à empresa através de e-mail ou outro instrumento eficaz de comunicação, acompanhada do Termo de Referência, da proposta comercial vencedora.

4.3. A entrega do objeto deve ser realizada no endereço do operador logístico contratado por esta Fundação, situada no seguinte endereço: Avenida Presidente Roosevelt, nº 1603, Bom Retiro - São Gonçalo/RJ, CEP 24722-322. Referência - Ao lado do CIEP 121 Professor Joadélio Condeço.

4.4. Para a realização da entrega, o fornecedor deve efetuar agendamento, conforme as instruções que estarão contidas na Ordem de Compra.

4.5. A especificação deve estar em conformidade com o solicitado neste Termo de Referência.

Recebimento

4.6. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na Ordem de Compra e na proposta aceita.

4.6.1. Os produtos possuam validade mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) do seu período total de validade, conforme Resolução SES n.º 1342/2016. Caso a validade seja inferior ao que está aqui estabelecido, a empresa deverá se comprometer formalmente, por meio de carta, a efetuar a troca dos insumos que venham ter a sua validade expirada, sem qualquer ônus para a Administração e deverão atender a RDC n.º 25 da ANVISA.

4.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na Ordem de Compra e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é relativo à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.11. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. As obrigações devem ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão das rotinas, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

5.5. A execução das obrigações deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

5.6. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



5.7. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução as obrigações, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução das obrigações, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.9. O fiscal técnico informará ao gestor desta FeSaúde, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

5.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução das obrigações nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor desta FeSaúde. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

Fiscalização Administrativa

5.11. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a Ordem de Compra, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor desta FeSaúde para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Liquidação

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para fins de atesto, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do contratante;
- d) O período respectivo de execução das obrigações;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.10. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Forma de pagamento

6.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



6.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

6.17. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

6.18. É vedada a cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, pois o Termo de Contrato será substituído por instrumento equivalente.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do inciso II, do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta de menor preço por lote.

7.1.1. Se o fornecedor selecionado se recusar ou deixar de entregar o objeto do presente procedimento, a Administração poderá convocar, em ordem, os proponentes subsequentes para:

7.1.1.1. Negociar o fornecimento parcial dos itens remanescentes, em condições iguais ou superiores aos produtos ofertados, mantendo os preços iguais ou menores ao fornecedor anteriormente selecionado; e

7.1.1.2. Negociar o fornecimento total dos itens remanescentes em condições iguais ou superiores aos produtos ofertados, desde que os preços estejam conforme os limites estabelecidos neste Termo de Referência.

Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

7.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



7.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

7.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



7.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



7.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.28. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.34. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.35. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

7.36. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

7.37. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.38. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

7.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.40. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão testemunhar a respeito de que a proponente cumpriu, em outras experiências, pelo menos 20% (vinte por cento) do valor total de cada item vencedor da presente contratação.

7.41. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, mesmo que referentes a contratos não executados de forma concomitante.

7.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



7.43. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

7.44. No caso de sociedade de constituída sob a forma de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

7.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta ou de procedimento de licitação;

7.44.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.O custo estimado total da contratação é assim definido:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS QUENTE E FRIO (REVERSO) SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. TIPO 3 - 12000 BTUS MODELO SPLIT HIGH WALL TIPO DE CICLO QUENTE/FRIO COR BRANCO ENCE A FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA VAZÃO DE AR NO MÍNIMO 500 M³/H CONTROLE REMOTO SIM TERMOSTATO DIGITAL FUNÇÕES SLEEP E SWING VOLTAGEM 220 V TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER, DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO, DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.	UNIDADE	58	R\$ 2.518,35	R\$ 146.064,30
1	2	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS SEM INSTALAÇÃO. CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS QUENTE E FRIO (INVERTER), EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.	UNIDADE	24	R\$ 3.573,09	R\$ 85.754,16
1	3	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO)CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 24000 BTUS, QUENTE E FRIO (REVERSO)EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V.GARANTIA	UNIDADE	8	R\$ 4.407,13	R\$ 35.257,04



		MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. MODELO SPLIT HIGH WALL.				
1	4	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE	5	R\$ 9.213,91	R\$ 46.069,55
1	5	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS SEM INSTALAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS (INVERTER) QUENTE E FRIO (REVERSO), PISO TETO, EFICIÊNCIA EM ENERGIA TIPO "A", MODO DE OPERAÇÃO: VENTILA, REFRIGERA, AQUECE, DESUMIDIFICA, CLIMATIZA, AUTOMÁTICO. COM CONTROLE REMOTO, DEVERÁ TER OS RECURSOS: FILTRO, TIMER, AJUSTES AUTOMÁTICOS, REINÍCIO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, SISTEMA RAPIDO DE RESFRIAMENTO, FILTRO DE AR LAVÁVEL E COMPRESSOR INVERTER. ALIMENTAÇÃO 220V OU 330-380V (TRIFÁSICO). GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, COM TRANSPORTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONANDO. COMPLETO, COM EVAPORADORA E CONDENSADORA.	UNIDADE	3	R\$ 13.162,67	R\$ 39.488,01
Total				98	R\$ 352.663,06	

10. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso, sendo que a contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do órgão gerenciador.

10.2. O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no

instrumento convocatório e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

Da vigência da Ata de Registro de Preços

10.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

10.2.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições permaneçam vantajosas.

10.2.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Da assinatura da Ata de Registro de Preços

10.3. Ratificado o resultado do procedimento, o proponente mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.5. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital.

10.6. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do fornecedor registrado, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Do preço registrado

10.8. O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos na Ata de Registro de Preços.

10.9. Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

10.11. Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.11.1. Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 10.9.3, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

10.12. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.13 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



10.14. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

10.15. O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

10.15.1. Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

10.16. O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

10.17. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

10.18. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 10.9.11, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

10.19. Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.20. Os novos valores a serem registrados, conforme itens deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

10.21. Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados.

10.21.1. O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

10.22. Os preços registrados serão reajustados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da contratada, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registros de Preços.

10.22.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

10.23. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

10.24. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

10.25. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.26. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

10.27. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.28. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

10.29. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preços e antes de eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, sob pena de preclusão.



10.30. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados: a) da data-base prevista no Contrato, desde que requerido no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente; b) a partir da data do requerimento da contratante, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajuste, já adotado no edital e no contrato.

10.31. Caso, na data da prorrogação Ata de Registro de Preços, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento da contratada, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro da contratada, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

10.32. A extinção do Ata de Registro de Preços não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

10.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.34. O reajuste dos preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

Da formação do cadastro de reserva

10.35. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.36.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.36.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.37. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.38. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.39. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.40. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.40.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.40.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.41. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.41.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.41.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Da alteração da Ata de Registro de Preços

10.42. O Órgão Gerenciador poderá alterar a Ata de Registro de Preços, quantitativamente e qualitativamente, por meio de Termo Aditivo.

11. SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, nº da Lei nº 14.133, de 2021.



11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas art. 155, nº da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos,, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada será cobrada judicialmente ou por acordo entre as partes.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O procedimento será divulgado e realizado no Sistema Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e, automaticamente, comunicado aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

12.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.2.1. republicar o presente procedimento com uma nova data;

12.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.3. As providências dos subitens 12.2.1 e 12.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste procedimento de licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



12.9. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Acompanham o presente Termo de Referência os seguintes Apêndices:

Apêndice 1 – Descrição detalhada do objeto.

Apêndice 2 – Termo de recebimento provisório

Apêndice 3 – Termo de recebimento definitivo

Apêndice 4 – Modelo de lista de verificação de pagamento

Apêndice 5 – Termo de Encerramento do Processo

Niterói, 09 de dezembro de 2024.

Elaborado por (assinado eletronicamente):

Erinaldo Ribeiro
Matrícula n.º 1056-1
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da
Contratação

Breney Gonçalves
Matrícula n.º 2641-7
Presidente da Equipe de Planejamento da
Contratação

Ronaldo Matias Uchoa Cavalcanti
Matrícula n.º 2208-0
Integrante Requisitante da Equipe de
Planejamento da Contratação

Leandro Soares dos Santos
Matrícula n.º 2309-4
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



FeSaúde
NITERÓI



Aprovado por (assinado eletronicamente):

Pedro Gilberto Alves de Lima

Matrícula n.º 2253-5

Diretor Geral e Autoridade máxima competente para aprovação do instrumento¹
Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde)

¹ Decreto Municipal n.º 14.790/2023:

Art. 44. Os documentos aduzidos no art. 43 deverão ser submetidos à apreciação da autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser firmados pelo responsável técnico pela elaboração.

 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: Breney Gonçalves Pereira ...109.547-... Data: 09/12/2024 15:56	 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: RONALDO MATIAS UCHOA CAVALCANTI ...398.447-... Data: 09/12/2024 16:12	 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: ERINALDO SILVA RIBEIRO ...287.227-... Data: 10/12/2024 14:13	 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: Leandro Soares Santos ...143.737-... Data: 10/12/2024 15:12
 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: PEDRO GILBERTO ALVES DE LIMA ...667.998-... Data: 10/12/2024 15:51	 e-Ciga 	Assinado digitalmente por: PEDRO GILBERTO ALVES DE LIMA ...667.998-... Data: 10/12/2024 15:55				



Termo de Referência

Pregão eletrônico, para o **Sistema de Registro de Preços**, para a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado**, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde.

Apêndices:

- Apêndice 1 – Descrição detalhada do objeto.
- Apêndice 2 – Termo de recebimento provisório
- Apêndice 3 – Termo de recebimento definitivo
- Apêndice 4 – Modelo de lista de verificação de pagamento
- Apêndice 5 – Termo de Encerramento do Processo

Termo de Referência nº 059/2024

Versão nº 02/2024

Data de elaboração: 19/11/2024

Processo Administrativo nº 9900099126/2024

Apêndice 1
Descrição detalhada do objeto

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Split Hi-Wall 12.000 btu	Unidade	58



Imagem 1 – Ilustração do objeto - Aparelho de Ar-Condicionado – Split Hi-Wall 12.000 btu



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	2	Split Hi-Wall 18.000 btu	Unidade	24



Imagem 2 – Ilustração do objeto - Aparelho de Ar-Condicionado – Split Hi-Wall 18.000 btu



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	3	Split Hi-Wall 24.000 btu	Unidade	8



Imagem 3 – Ilustração do objeto - Aparelho de Ar-Condicionado – Split Hi-Wall 24.000 btu



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	4	Split Piso Teto 36.000 btu	Unidade	5



Imagem 4 – Ilustração do objeto - Aparelho de Ar-Condicionado – Split Piso Teto 36.000 btu



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	5	Split Piso Teto 60.000 btu	Unidade	3



Imagem 5 – Ilustração do objeto - Aparelho de Ar-Condicionado – Split Piso Teto 60.000 btu

APÊNDICE 2**Termo de recebimento provisório**

1. IDENTIFICAÇÃO		
Ata de Registro de Preços nº: Objeto: Registro de Preços para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde		
Contratante: Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde	CNPJ: 34.906.284/0001-00	
Contratada:	CNPJ:	
Data do recebimento da NF:	Nº Nota Fiscal:	
2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (na hipótese do item 5.8.1)		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
<Menção numérica aos itens do TR>		
...		
TOTAL:		
3. RELATÓRIO DE RECEBIMENTO		
DIVERGÊNCIAS IDENTIFICADAS	MEDIDA DE CONTINGÊNCIA	
<Ex.: Entrega com material incompleto>	<Deverá descrever as medidas de contingência identificadas>	
<Ex.: Nota Fiscal referente ao período dos serviços em desconformidade>		

Por este instrumento, atestamos dentro do prazo de no ato do recebimento das faturas e relatórios emitidos pela CONTRATADA, o registro de preços, para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, para atender as demandas das unidades desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde foram recebidos PROVISORIAMENTE na data <XX/XX/XXXX> e serão objetos de avaliação por parte da CONTRATANTE quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Termo de Referência.



FeSaúde
NITERÓI



Ressaltamos que o recebimento definitivo ocorrerá após decorrido o prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na fatura, para confirmar o exato cumprimento das obrigações contratuais.

XXXXXXXXXX
Matrícula

APÊNDICE 3**Termo de recebimento definitivo**

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata de Registro de Preços n°:	Vigência:
Objeto:	
Contratada:	
CNPJ:	Termo Aditivo:
Nota de Empenho:	Reforço de Empenho:
Mês de Entrega do objeto	N° Nota Fiscal:
2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	
N° da Portaria:	Data da Publicação:
Integrantes:	
3. SALDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Valor Global da Ata n° - R\$ 0,00	
Valor disponível R\$ 0,00	
Mês:	Valor da NF: R\$
4. REGISTROS DO MÊS	
No desempenho das atribuições conferidas pela Portaria XXXX (peça XXXX), atesto que:	

XXXX
Matricula

XXXXXX
Matricula



APÊNDICE 4

Modelo de lista de verificação de pagamento

CHECKLIST PARA O ATESTE DA NOTA FISCAL				
Recebimento Provisório				
Documentos a cargo dos fiscais técnicos/setoriais	Juntado ao e-ciga		Observações	
	Sim	Não		
Termo de Recebimento Provisório				
Recebimento Definitivo				
Documentos a cargo do gestor da Ata de Registro de Preços	Juntado ao e-ciga		Observações	
	Sim	Não		
Termo de Recebimento Definitivo				
Documentos encaminhados pela Contratada Ref. Mês da prestação dos serviços	Juntado ao e-ciga		Observações	
	Sim	Não		
Nota(s) Fiscal(s)				
Consulta Sanções Pessoa Jurídica	SICAF - Consulta Sanções			
	CNJ - Cadastro Nacional de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA)			
	Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)			
	Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Punidas			
	TCU - Licitantes Inidôneos			
Certidões Fiscais	Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).			



e Trabalhistas	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).			
	Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Federais e à Dívida Ativa da União (CND - Unificada RFB/PGFN).			
	Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.			
	Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.			
	Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.			

Responsável pela juntada

xxxxxxx (Nome do usuário)

Cargo do usuário

ID

APÊNDICE 5

Termo de encerramento de processo

Considerando a celebração da Ata de Registro de Preços nº <XXX> cujo objeto é <XXXXX> que tramita no bojo do processo < XXXXXXX>, devidamente publicado no Diário Oficial do Município de Niterói de <XX/XX/XXXX> e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP em <XX/XX/XXXX (e-ciga XXX)>;

Para fins de encerramento da Ata de Registro de Preços, constata-se que foram verificados:

1. OCORRÊNCIAS (quando houver)

Registro de Ocorrência nº	Peça e-ciga nº	Objeto da Ocorrência (informar de forma resumida e objetiva)

2. PROCESSOS SANCIONATÓRIOS (quando houver)

Processo E-ciga	Penalidade	Fase Processual (informar de forma resumida e objetiva)

3. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS (quando houver)

** Preenchimento deve abranger apostilamentos e aditivos, inerentes a reajustes; reequilíbrios; alterações qualitativa e quantitativa; prorrogações contratuais e outros.*

Doc. E-ciga	Tipo de Alteração	Fase Processual
-------------	-------------------	-----------------



	(apostilamento ou aditivo)	(informar de forma resumida e objetiva)

4. PROCESSAMENTO DE TODOS OS VALORES DEVIDOS

Processo E-ciga	Competência (mês de referência)	Valor	Fase Processual (informar de forma resumida e objetiva)

Sendo assim, atesta-se para os devidos fins que as obrigações da Ata de Registro de Preços fora cumpridas totalmente, concluído de acordo com o escopo e se for o caso, com as devidas alterações realizadas.

xxxxxxx (Nome do usuário)
Cargo do usuário
ID

De acordo.

Ordenador de Despesas (Nome do usuário)
Cargo do usuário
ID



ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde
(Processo Administrativo n.º XXX)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

A **FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE**, com sede na Rua Santa Clara, n.º 102, Ponta D'Areia, na cidade de Niterói/RJ, CEP: 24.040-050, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.906.284/0001-00, neste ato representada pela Diretora Geral, Maria Célia Valladares Vasconcellos, nomeada pela Portaria n.º 527/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Niterói em 09/01/2025, portadora da matrícula funcional n.º 2867-3, e por sua Diretora de Administração e Finanças, Paula Barros Felix, nomeada pela Portaria n.º 022/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Niterói em 05/02/2025, portadora da matrícula funcional n.º 2869-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 14.730, de 13 de fevereiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo..... *[do edital de Licitação n.º...../20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Estatal de Saúde de Niterói- FeSaúde.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avalie a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor ou prestador de serviço será cancelado pelo gerenciador, quando:

9.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;



9.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

9.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público;

9.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do art. 139, §§ 2º e 8º do Decreto 14.730/2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 126, IX, do Decreto 14.730/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 127, VI, do Decreto 14.730/2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste,

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Niterói, ____ de ____ de 2025.

MARIA CÉLIA VALLADARES
VASCONCELLOS
Diretora Geral
FeSaúde

PAULA BARROS FELIX
Diretora de Administração e Finanças
FeSaúde

Representante da contratada

TESTEMUNHA
Nome:
CPF:

TESTEMUNHA
Nome:
CPF:



ANEXO IV
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Lote	N.º	Especificações	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Split Hi-Wall 12.000 btu	Unidade	58	R\$ 2.518,35	R\$ 146.064,30
	2	Split Hi-Wall 18.000 btu	Unidade	24	R\$ 3.573,09	R\$ 85.754,16
	3	Split Hi-Wall 24.000 btu	Unidade	8	R\$ 4.407,13	R\$ 35.257,04
	4	Split Hi-Wall 36.000 btu	Unidade	5	R\$ 9.213,91	R\$ 46.069,55
	5	Split Hi-Wall 60.000 btu	Unidade	3	R\$ 13.162,67	R\$ 39.488,01
Valor total da contratação:						R\$ 352.633,06



ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

Razão Social:	CNPJ:	
Inscrição Municipal e/ou Estadual:		
Endereço:	Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:	
Telefone:		
E-mail:		

N	Especificações	Und. de Medida	Marca	Qtd	Unitário	Total
1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12000 BTUS	UNIDADE		58		
2	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18000 BTUS	UNIDADE		24		
3	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24000 BTUS	UNIDADE		8		
4	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36000 BTUS	UNIDADE		5		
5	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 60000 BTUS	UNIDADE		3		
VALOR TOTAL						
VALOR POR EXTENSO						

() Optante pelo Simples Nacional

() Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 2025

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90001/2025

Local e data

Ao Sr. Agente de Contratação

Ref. Pregão Eletrônico FeSaúde n.º

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição),
sediada no _____ (endereço completo),
declara, sob as penas do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que não é contribuinte de ISS e Taxas do
Município de Niterói.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com
CNPJ)



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

Ilmo. Sr. Agente de Contratação

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____
DECLARA a FeSaúde, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Confins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

 e-Ciga 	<div>Assinado digitalmente por:</div> <div>MARIA CELIA VALLADARES VASCONCELLOS ...957.567-... Data: 11/02/2025 17:22</div>	 e-Ciga 	<div>Assinado digitalmente por:</div> <div>Paula Barros Felix ...541.207-... Data: 12/02/2025 09:55</div>
---	--	--	---